

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Programa de Pós-Graduação em Letras

Tese de Doutorado

**A REPRESENTAÇÃO DO  
FEMINISMO NEGRO NOS  
CONTOS *A ESCRAVA*, DE  
MARIA FIRMINA DOS REIS,  
E *MARIA*, DE CONCEIÇÃO  
EVARISTO**

Maria Evelta Santos de Oliveira



Maria Evelta Santos de Oliveira

A Representação do Feminismo Negro nos Contos *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis, e *Maria*, de Conceição Evaristo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de doutora em Letras, sob a orientação do Prof. Dr. Luis Francisco Fianco Dias.

Passo Fundo

2024

CIP – Catalogação na Publicação

---

O48r Oliveira, Maria Evelta Santos de  
A representação do feminismo negro nos contos A escrava,  
de Maria Firmina dos Reis, e Maria, de Conceição Evaristo  
[recurso eletrônico] / Maria Evelta Santos de Oliveira. – 2024.  
1,29 MB ; PDF.

Orientador: Prof. Dr. Luis Francisco Fianco Dias.  
Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Passo  
Fundo, 2024.

1. Feminismo. 2. Negras. 3. Análise do discurso. 4. Reis,  
Maria Firmina dos, 1825-1917. A escrava. 5. Evaristo,  
Conceição, 1946-. Maria. I. Dias, Luis Francisco Fianco,  
orientador. II. Título.

CDU: 82.09

---

Catalogação: Bibliotecária Juliana Langaro Silveira – CRB 10/2427



**PPGL**  
Programa de Pós-Graduação  
em Letras

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a tese

**“A Representação do Feminismo Negro nos Contos *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis, e *Maria, de Conceição Evaristo*”.**

Elaborada por

**Maria Evelta Santos de Oliveira**

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito final para a obtenção do grau de Doutor em Letras, Área de concentração: Letras, Constituição e Interpretação do Texto e do Discurso”

Aprovada em: 27 de agosto de 2024  
Pela Comissão Examinadora

Prof. Dr. Luis Francisco Fianco Dias  
Orientador - Presidente

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patricia Ketzner

PUC-RS

Documento assinado digitalmente  
 LUIS HENRIQUE SERRA  
Data: 28/08/2024 16:31:58 -0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Luís Henrique Serra  
UFMA

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivânia Campigotto Aquino  
UPF

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabiane Verardi  
UPF

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudia Stumpf Toldo Oudeste  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudia Stumpf Toldo Oudeste  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras

**MARIA EVELTA SANTOS DE OLIVEIRA**

**A REPRESENTAÇÃO DO FEMINISMO NEGRO NOS CONTOS *A ESCRAVA*, DE  
MARIA FIRMINA DOS REIS, E *MARIA*, DE CONCEIÇÃO EVARISTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de doutora em Letras, sob a orientação do Prof. Dr. Luis Francisco Fianco Dias.

Aprovada em: 27/08/2024.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Luis Francisco Fianco Dias (orientador)  
Universidade de Passo Fundo

---

Profa. Dra. Fabiani Verardi (avaliadora)  
Universidade de Passo Fundo

---

Profa. Dra. Ivania Campigotto Aquino (avaliadora)  
Universidade de Passo Fundo

---

Profa. Dra. Patricia Ketzer (Avaliadora)  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Dr. Luís Henrique Serra (avaliador)  
Universidade Federal do Maranhão

A Deus, amor eterno. Ao meu esposo, amigo, confidente e incentivador. À minha família, por todo apoio incondicional. Às minhas filhas, que me serviram de motivação, alicerce e entusiasmo. Aos meus professores, que, desde a minha mais branda idade, têm atuado como agentes de motivação e entusiasmo para uma educação de excelência.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ser a minha força, a minha esperança e o meu refúgio ao longo da minha vida acadêmica e em todos esses anos de lutas e persistência me mantendo firme todas as vezes que eu pensei em desistir; aos meus pais Genésio Machado e Maria das Neves, que sempre me incentivaram a ir em busca dos meus sonhos; às minhas filhas Thaís Fernanda e Évillia Millena, que me deram forças para continuar os estudos e servir de exemplo; ao meu esposo Antonio Filho, por todo carinho, estímulo, incentivo, apoio e companheirismo durante a realização do curso.

Ao Professor Dr. Luís Francisco Fianco Dias por todo o suporte e orientação necessária desde o meu projeto de pesquisa até o momento presente, obrigada pela dedicação, confiança e atenção. À Universidade de Passo Fundo, a todos os professores, professoras, funcionários e colegas do curso de Doutorado em Letras que contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui.

Agradeço imensamente à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) pelo apoio financeiro, que foi fundamental para a realização do curso e a execução desta pesquisa. Também expresso minha profunda gratidão a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização do meu sonho de me tornar doutora em Letras.

*“A luta de mulheres negras é, antes de tudo, uma luta por humanização”.*

Djamila Ribeiro



## RESUMO

Este trabalho objetiva investigar o modo como o Feminismo Negro é reproduzido nos contos *A Escrava*, de Maria Firmino dos Reis, e *Maria*, de Conceição Evaristo. Como perspectiva teórica, foram contemplados os estudos de Maria Firmina dos Reis (1887, 2009), Pierre Bourdieu (2002), Simone Beauvoir (2009), Conceição Evaristo (2009, 2010, 2016), Djamilia Ribeiro (2017, 2018), dentre outros. Trata-se de um estudo de revisão, nesse sentido, o percurso metodológico utilizado para a execução desta pesquisa, foi um estudo bibliográfico de abordagem qualitativa. A análise revelou que as protagonistas dos contos enfrentam desafios decorrentes da discriminação racial e de gênero, tanto no aspecto histórico quanto contemporâneo. As autoras, Firmina dos Reis e Evaristo, utilizaram a literatura como ferramenta para retratar e denunciar as dificuldades e o sofrimento vivenciados pelas mulheres negras. Por meio de suas narrativas, elas evidenciam a luta diária por dignidade, liberdade e reconhecimento dentro de uma sociedade marcada pelo racismo estrutural e pela opressão de gênero. Ao confrontar e desafiar os estereótipos e as injustiças enfrentadas pelas protagonistas, as autoras contribuem para a construção de uma narrativa que reivindica a igualdade e a dignidade para todas as mulheres, independentemente de sua cor ou origem social.

**Palavras-chave:** Feminismo Negro; contos; Maria Firmina dos Reis; Conceição Evaristo.

## **ABSTRACT**

This article aims to investigate the way in which Black Feminism is reproduced in the short stories *A Escrava*, by Maria Firmino do Reis, and *Maria*, by Conceição Evaristo. As a theoretical perspective, studies by Maria Firmina dos Reis (1887-2009), Pierre Bourdieu (2002), Simone Beauvoir (2009), Conceição Evaristo (2009-2010-2016), Djamila Ribeiro (2017, 2018), among others, were considered. This is a review study, in this sense the methodological path used to carry out this study was a bibliographic search with a qualitative approach. The analysis revealed that the protagonists of the stories face challenges arising from racial and gender discrimination, both in historical and contemporary aspects. The authors, Firmina dos Reis and Evaristo, used literature as a tool to portray and denounce the difficulties and suffering experienced by black women. Through their narratives, they highlight the daily struggle for dignity, freedom and recognition within a society marked by structural racism and gender oppression. By confronting and challenging the stereotypes and injustices faced by the protagonists, the authors contribute to the construction of a narrative that claims equality and dignity for all women, regardless of their color or social origin.

**Keywords:** Black Feminism; tales; Maria Firmina dos Reis; Conceição Evaristo.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|               |   |
|---------------|---|
| art.          | artigo  |
| CF/88         | Constituição Federal de 1988  |
| Dr.           | Doutor  |
| Dra.          | Doutora   |
| <i>et al.</i> | <i>et alii</i>  |
| etc.          | etcétera  |
| LGBTQ+        | Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, <i>queer</i> e demais orientações sexuais e identidades de gênero |
| NAWSA         | <i>National American Woman Suffrage Association</i>   |
| nº            | número  |
| NUWSS         | <i>National Union of Women's Suffrage Societies</i>   |
| ONG           | Organização não governamental   |
| p.            | página  |
| PPGL          | Programa de Pós-Graduação em Letras   |
| Prof.         | Professor   |
| Profa.        | Professora  |
| PUC-Rio       | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  |
| RS            | Rio Grande do Sul   |
| UFF           | Universidade Federal Fluminense   |
| UPF           | Universidade de Passo Fundo   |
| WSPU          | <i>Women's Social and Political Union</i>   |

## SUMÁRIO

|       |   |           |
|-------|---|-----------|
| 1     | <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>10</b> |
| 2     | <b>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE FEMINISMO .....</b>  | <b>13</b> |
| 2.1   | <b>Feminismo: origem, conceitos e contextualização .....</b>  | <b>13</b> |
| 2.2   | <b>O feminismo no Brasil .....</b>  | <b>19</b> |
| 3     | <b>IDENTIDADE FEMININA: a relação entre gênero e sexo .....</b>   | <b>28</b> |
| 4     | <b>O FEMINISMO NEGRO .....</b>  | <b>31</b> |
| 4.1   | <b>Caracterizando o Feminismo Negro .....</b>   | <b>31</b> |
| 4.2   | <b>Gênero, raça e classe: interseccionalidade .....</b>   | <b>39</b> |
| 4.3   | <b>A contribuição de Maria Firmina dos Reis e de Conceição Evaristo para o Feminismo Negro .....</b>                        | <b>44</b> |
| 4.3.1 | Maria Firmina dos Reis.....   | 44        |
| 4.3.2 | Conceição Evaristo.....   | 48        |
| 5     | <b>A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NOS CONTOS A ESCRAVA, DE MARIA FIRMINA DOS REIS, E MARIA, DE CONCEIÇÃO EVARISTO.....</b> | <b>57</b> |
| 5.1   | <b>Conto: breve descrição.....</b>  | <b>57</b> |
| 5.2   | <b>O conto <i>A Escrava</i>, de Maria Firmina dos Reis .....</b>  | <b>60</b> |
| 5.3   | <b>O conto <i>Maria</i>, da escritora Conceição Evaristo .....</b>  | <b>68</b> |
| 6     | <b>CONSIDERAÇÕES .....</b>  | <b>79</b> |
|       | <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>82</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a minha infância até a vida adulta, fui exposta a expressões que classificam ou desclassificam as pessoas com base em sua raça ou gênero. Cresci ouvindo indivíduos que propagavam a ideia de que negros e mulheres eram seres inferiores. Expressões como “é um negro de alma branca”, “é negro, mas é limpinho”, “a ovelha negra”, “o passado negro”, “denegrir a imagem”, “é negra, mas é bonita”, “é negra e não sabe sambar”, “mulher não entende de política”, “atrás de um grande homem há sempre uma grande mulher”, “lugar de mulher é na cozinha” foram recorrentes ao longo desse período. Essa lista de expressões pejorativas é extensa e reflete a persistência de estereótipos raciais e de gênero na sociedade e são resultantes de uma construção sociocultural prejudicial que permeou diferentes épocas e culturas e denunciam um discurso ideológico que defendia a inaptidão dos negros e das mulheres para a vida pública, para a política, para as artes, para a literatura e para as ciências.

Na tradição veterotestamentária, Eva é descrita como a primeira mulher de que se tem notícia. Segundo o mito da criação, ela nasceu da costela de Adão, seu parceiro e único homem no Jardim do Éden. Seu nome significava “mãe de todos” e, com Adão, povoou a Terra dando origem à humanidade. Na narrativa, Eva é uma mulher totalmente dependente de seu companheiro, inclusive nascera de uma parte de seu corpo.

Apesar de se tratar de uma narrativa religiosa, o mito de Adão e Eva costuma ser discutido em alguns campos do conhecimento como a História, a Teologia, a Filosofia e a Literatura, visto que o enredo possibilita várias interpretações simbólicas e debates sobre temas emergentes e importantes, a exemplo do papel social das mulheres do século XIX, mães devotadas, esposas, auxiliares dos homens e, principalmente, cuidadoras do lar.

Historicamente, desde os primórdios das civilizações, houve uma divisão tradicional do trabalho, os homens saíam para caçar e para pescar, enquanto as mulheres ficavam cuidando das crianças, plantando hortaliças e confeccionando peças de argila e de barro por serem consideradas frágeis e inferiores. A figura masculina sempre estava no controle. Por deter mais sabedoria e experiência, o homem mais idoso sempre comandava a família, principalmente esposa e filhas que estavam sob seu teto. Desse modo, o poder de decisão estava sempre centralizado

nas mãos de um homem. Quando a mulher se casava e saía da casa dos pais, a partir daquele momento, o seu marido era quem passaria a ser seu tutor e senhor.

A subordinação das mulheres em relação aos homens era amplamente difundida nas sociedades do século XIX. Elas precisavam de um parceiro para se firmarem na sociedade. As meninas que mal completavam os estudos já casavam, saindo da casa dos pais para constituir suas próprias famílias. No caso das mulheres negras, essa submissão era agravada pela combinação de fatores históricos, estruturais e culturais que contribuía para a desvalorização e marginalização por elas sofridas.

Outro fator que representa a discriminação sobre as mulheres e a divisão sexual refere-se à forma como a sociedade atribui diferentes papéis, responsabilidades e expectativas com base no gênero de uma pessoa. Essa divisão está enraizada em normas culturais e estereótipos de gênero que podem levar à desigualdade entre homens e mulheres.

Com o passar dos anos, essa dependência passou a ser contestada e desafiada. Por meio do enfrentamento e da resistência, muitas mulheres negras vêm invertendo a lógica heteronormativa nas mais diversas áreas do saber revelando sua capacidade e potencial. Nesse contexto, há diversas produções de Maria Firmina dos Reis e de Conceição Evaristo que reintegram a habilidade de prover o conhecimento e a afirmação identitária das mulheres, mas foi nos contos *A Escrava* e *Maria* que me senti motivada a pesquisar a influência das obras no ideário filosófico das mulheres negras.

O interesse pelo tema está vinculado ao meu apreço pelos contos que fizeram com que optasse pela abordagem do gênero discursivo conto de fadas na minha dissertação de mestrado e a admiração pelas obras de Maria Firmina dos Reis e de Conceição Evaristo, que, por meio de suas produções, trazem à tona a situação vivenciada pelas mulheres negras submetidas à ordem patriarcal.

A escolha dos referidos contos para a abordagem do feminismo negro no Brasil, é justificada pela profundidade com que essas obras exploram a interseção entre raça, gênero e classe. Ambas revelam como a opressão racial e de gênero afeta as vidas das mulheres negras. Além disso, Maria Firmina é pioneira na literatura brasileira, uma das primeiras representações literárias de mulheres negras escravizadas. Por outro lado, Conceição Evaristo, uma importante voz contemporânea, aborda de forma sensível as vivências das mulheres negras, tratando

de identidade, memória e autonomia. Analisar contos de diferentes períodos oferece uma visão abrangente das questões raciais e de gênero no Brasil, mostrando a evolução dos desafios e resistências das mulheres negras ao longo do tempo.

Nessa perspectiva, esta tese tem como objeto de estudo os contos *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis, e *Maria*, de Conceição Evaristo, e apresenta como problema da pesquisa a seguinte questão: de que maneira a manifestação do Feminismo Negro é representado nos contos *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis, e *Maria*, de Conceição Evaristo, e qual sua influência na organização das mulheres negras no final do período oitocentista e nos dias atuais?

Os objetivos específicos visaram: a) identificar o contexto histórico vivido por Maria Firmina e Conceição Evaristo ao produzirem os contos *A Escrava* e *Maria*, respectivamente, assim como as influências filosóficas na qual se basearam considerando o marco espacial de cada período; b) compreender a representação da mulher negra nos contos citados; c) conhecer os veículos de circulação em que os contos perpassaram, avaliando a influência dessas obras literárias enquanto instrumentos de resistência ao sexismo e ao preconceito racial presentes na sociedade brasileira.

Nesta lógica, este estudo está organizado da seguinte forma: 1) na seção introdutória, são apresentadas as considerações iniciais da pesquisa; 2) a segunda, apresenta algumas considerações sobre o feminismo, abordando sua origem, conceitos, características e contextualização, descrevendo a trajetória do movimento feminista brasileiro; 3) o terceiro capítulo, versa sobre a identidade feminina e a relação entre gênero e sexo, explorando como esses conceitos têm sido construídos social e historicamente, e como influenciam as experiências e as lutas das mulheres no Brasil; 4) o quarto, explora o movimento do Feminismo Negro, destacando a luta pela valorização e identidade das mulheres negras, evidenciando a contribuição de Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo para o Feminismo Negro brasileiro; 5) no quinto, são analisados os contos das respectivas autoras observando o modo como as mulheres negras são representadas nas referidas obras; 6) a sexta, e última, discorre acerca das considerações preliminares deste trabalho.

## 2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE FEMINISMO

Na primeira parte desta seção, apresentamos algumas considerações sobre o feminismo, abordando sua origem, conceitos, características e contextualização. Na segunda parte do mesmo capítulo, será contemplada a trajetória do movimento feminista brasileiro, desde seu surgimento no século XIX até as lutas contemporâneas por direitos e igualdade. Nesta perspectiva, analisaremos as contribuições teóricas de diversos pensadores e pensadoras sobre a temática, destacando o papel fundamental das mulheres na transformação das relações de poder e na busca por uma sociedade mais justa e inclusiva.

### 2.1 Feminismo: origem, conceitos e contextualização

O Feminismo é um movimento que reivindica a igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres e o combate ao modelo social baseado no patriarcado, na violência e nos abusos cometidos contra as mulheres, mediante mudança de valores, de comportamentos e de atitudes, em todas as esferas da vida humana. Este movimento advoga pelo empoderamento feminino e direitos equânimes entre homens e mulheres, resultando em mudanças significativas no contexto social, político e filosófico, dando origem a novas teorias e formas revolucionárias de construir o conhecimento científico.

A palavra feminismo tem aparecido cada vez mais no discurso não só de mulheres engajadas com o movimento, mas também de pessoas não engajadas, já que “se trata de um fenômeno que ainda vivemos de forma muito presente e sobre o qual ninguém, homens ou mulheres, nas últimas décadas, ficou imune a ter uma opinião” (Pinto, 2003, p. 9).

No *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, o feminismo é definido como uma “doutrina que preconiza o aprimoramento e a ampliação e valorização do papel e dos direitos das mulheres na sociedade” (Houaiss; Villar; Franco, 2009, p. 885). Neste sentido, trata-se de um movimento cujo intuito é conceder, ao gênero feminino, o que outrora era exclusivo aos homens.

É desafiador delinear uma definição precisa de feminismo, já que esse termo representa um processo contínuo enraizado no passado, em constante evolução no cotidiano e sem um destino final definido. Assim como qualquer processo



de mudança, o feminismo está repleto de contradições, progressos, retrocessos, temores e triunfos. Surge em um momento histórico em que outros movimentos de libertação destacam formas de opressão que vão além do âmbito econômico (Alves; Pitanguy, 2017).

Movimentos de minorias étnicas, negros, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, *queer* e demais orientações sexuais e identidades de gênero (LGBTQIA+) estão se unindo para enfrentar suas lutas específicas e contribuir para superar as desigualdades sociais. Essa cooperação não implica na fusão dos movimentos, pois cada um mantém sua autonomia e sua estrutura organizacional própria. No entanto, esses movimentos não são independentes, já que as fontes de discriminação estão interligadas e buscam uma nova ordem social.

Nesta lógica, o entendimento do movimento feminista pode ser abordado de duas maneiras: através da história do movimento e da produção teórica nas áreas de História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise. Devido a essa dualidade, tanto o movimento feminista quanto sua teoria extrapolam seus próprios limites, gerando debates e reconfigurações significativas na história dos movimentos sociais e nas teorias das Ciências Humanas em geral (Pinto, 2010).

Portanto, o feminismo apresenta suas peculiaridades e merece atenção particular: ele gera sua própria análise crítica e teoria. Essa convergência entre ativismo e teoria é incomum e resulta, em parte, do perfil social das ativistas que impulsionaram o feminismo, na segunda metade do século XX, principalmente mulheres de classe média com formação nas áreas das Humanidades, Crítica Literária e Psicanálise (Pinto, 2010).

O feminismo branco surgiu a partir do contexto das ideias iluministas (1680-1780), com a Revolução Francesa (1789-1799) e com a Revolução Americana (1776), reivindicando direitos sociais e políticos por meio da mobilização de mulheres de vários países. O feminismo de segunda onda revolucionou a teoria política ao romper com a distinção entre pessoal e político. Tais movimentos propiciaram às mulheres repensarem sua opressão, trazendo à tona, além de questões políticas, outras que atingem a vida pessoal, como suas decisões, seus desejos e suas vontades, que não aconteciam somente pela própria vontade, pois estavam submetidas a fatores sociais, culturais e comportamentais condicionantes.

Inicialmente, as lutas feministas se concentravam na conquista de direitos fundamentais, como o do voto e à educação. Com o tempo, essas demandas

evoluíram para incluir temas como violência de gênero, disparidade salarial, saúde reprodutiva, representatividade política e o enfrentamento ao machismo estrutural (Biroli, 2019). Nos dias de hoje, nota-se uma ampliação e maior visibilidade das agendas feministas, com o surgimento de movimentos que enfatizam a interseccionalidade, isto é, a interconexão entre gênero, raça, classe social e outras formas de opressão (hooks, 2015).

Na história ocidental, mulheres, há muito tempo, desafiaram as normas estabelecidas em busca de liberdade e igualdade. A primeira onda do feminismo, que emergiu nas últimas décadas do século XIX, teve suas raízes na Inglaterra, onde mulheres começaram a se organizar em prol de seus direitos, notavelmente o direito ao voto.

As sufragistas lideraram manifestações em Londres (Inglaterra), enfrentaram prisões e fizeram greves de fome. Um exemplo marcante ocorreu, em 1913, quando Emily Davison, uma sufragista, sacrificou sua vida ao atirar-se diante do cavalo do Rei durante a corrida *Derby*. *Derby* é uma corrida de cavalos conhecida pelo glamour e riqueza associados a ela, além de ser uma competição emocionante entre alguns dos melhores cavalos do mundo. O direito ao voto foi conquistado, em 1918, no Reino Unido.

O movimento sufragista representou uma mobilização política e social em prol do direito ao voto feminino, visando a equidade de direitos civis e políticos entre homens e mulheres. Originado na Grã-Bretanha, o termo “sufragista” designava os membros do movimento que lutavam pelo direito das mulheres ao voto, destacando-se durante os séculos XIX e XX, especialmente na Europa e nos Estados Unidos (Steinem; Wagner, 2019).

Na Grã-Bretanha, grupos como a *Women’s Social and Political Union* (WSPU), liderada por Emmeline Pankhurst, e a *National Union of Women’s Suffrage Societies* (NUWSS), conduzida por Millicent Fawcett, organizaram manifestações, protestos e greves de fome para chamar atenção à causa. Nos Estados Unidos, organizações como a *National American Woman Suffrage Association* (NAWSA), liderada por Susan B. Anthony e Elizabeth Cady Stanton, marcaram o movimento. Após décadas de luta, a 19ª Emenda à Constituição dos Estados Unidos foi ratificada, em 1920, assegurando o direito ao voto das mulheres em todo o país.

Um marco importante na trajetória do feminismo foi a conquista do direito ao voto, alcançado em muitos países ao longo do século XX, após intensas

mobilizações das mulheres (Steinem; Wagner, 2019). O movimento também contribuiu significativamente para a ampliação do acesso das mulheres à educação, ao mercado de trabalho e a outras oportunidades que eram exclusivas dos homens (Pinto, 2003).

No Brasil, o movimento sufragista também ganhou força na luta pelo voto feminino. Lideradas por figuras como Bertha Lutz, as sufragistas brasileiras fizeram campanha pública pela causa, incluindo a apresentação de um abaixo-assinado ao Senado, em 1927. O direito ao voto foi, finalmente, garantido, em 1932, com a promulgação do Novo Código Eleitoral.

Além disso, também houve o movimento das operárias anarquistas, representadas pela União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas. Essas mulheres, em manifesto de 1917, denunciavam as condições de trabalho desfavoráveis nas fábricas e oficinas. Embora esse feminismo inicial tenha perdido força nas décadas de 1930, ressurgiu com destaque na década de 1960.

Para compreender as experiências vividas das mulheres anarquistas, é necessário, para o historiador social, considerar suas próprias narrativas e as ideias expressas pelos anarquistas com os quais elas interagiram, mesmo que apenas através de textos. Ao reconstruir suas histórias de vida, é necessário levar em conta os ideais e concepções que as motivaram, buscando entender como esses princípios moldaram suas vidas e atividades militantes (Mendes, 2010).

Dessa forma, é possível permitir que suas vozes ressoem, buscando recuperar a memória que deixaram em seus escritos, uma vez que, como observado por Perrot (1988), durante muito tempo, essas mulheres foram negligenciadas ou silenciadas pela história. Os anarquistas acreditam que a liberdade individual está intrinsecamente ligada à liberdade coletiva na sociedade. Para eles, a realização da liberdade não se resume ao indivíduo, mas requer a libertação de toda a comunidade. As mulheres anarquistas compartilham dessa visão, entendendo que a liberdade feminina só é alcançada quando toda a sociedade está livre do machismo.

Essa luta pela emancipação não é apenas uma busca individual, mas um esforço coletivo em benefício da liberdade de todos. Os anarquistas consideram a negação da autoridade como um elemento essencial desse processo, entendendo-a como antinatural e promovendo a libertação da humanidade por meio de uma dinâmica dialética na história (Mendes, 2010).

Em seu livro, *A Dominação Masculina*, o sociólogo francês Bourdieu (2002), sobre a violência simbólica, traz algumas reflexões no que toca à situação da mulher na sociedade patriarcal. Na concepção do pensador, a dominação masculina é um sistema de relações de poder que se baseia na naturalização das diferenças entre homens e mulheres, atribuindo aos homens um status de superioridade. Essa dominação opera em diferentes esferas da sociedade.

Por conseguinte, essa dominação se manifesta tanto nas relações objetivas de poder, como a divisão sexual do trabalho e a disparidade salarial, quanto nas representações simbólicas que reforçam e legitimam essa desigualdade, como os estereótipos de gênero e as normas sociais que estabelecem papéis específicos para homens e mulheres. À vista disso, é sempre esperado que o homem tenha o capital maior do que o da mulher. Isso se dá pela naturalização da dominação masculina na sociedade.

Enquanto a dominação masculina perpassa uma série de representações e mitologias que constroem socialmente os corpos no contexto social, os discursos, por sua vez, moldam a estruturação dessa dominação em conformidade com os gêneros e as sexualidades determinadas culturalmente. Essas representações não são neutras; elas carregam significados que reforçam a hierarquia de poder entre os gêneros, perpetuando estereótipos e normas sociais que favorecem os homens.

Esses esquemas de pensamento, de aplicação universal, registram como que diferenças de natureza, inscritas na objetividade das variações e dos traços distintivos (por exemplo em matéria corporal) que eles contribuem para fazer existir, ao mesmo tempo que as “naturalizam”, inscrevendo-as em um sistema de diferenças, todas igualmente naturais em aparência (Bourdieu, 2002, p. 8).

Nessa perspectiva, a dominação masculina, calcada na supervalorização do homem é reproduzida no plano dos discursos e do *habitus*, sendo vista como um fenômeno natural. Assim, “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão *sexualizantes*” (Bourdieu, 2002, p. 23). Esse sistema de dominação não exerce imposição somente sobre a mulher, mas também sobre os próprios homens, e todos aqueles que não se enquadram corporalmente ao padrão europeu e sobre as representações que são feitas de sua atuação no meio social, como a imposição de virilidade. “O privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanente,

levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade” (Bourdieu, 2002, p. 56).

A dominação masculina é um fenômeno social que tem sido amplamente discutido nas últimas décadas. Refere-se ao poder exercido pelos homens sobre as mulheres e a perpetuação de estruturas patriarcais que privilegiam o gênero masculino e desfavorecem o feminino. É uma manifestação do patriarcado estrutural que valoriza características e papéis atribuídos tradicionalmente aos homens, como força física, racionalidade e poder, em detrimento das características e papéis atribuídos às mulheres, como sensibilidade, submissão e cuidado. Esses valores são internalizados pela sociedade e se refletem em diversas áreas, como política, economia, relações familiares e educação.

Na política, por exemplo, a presença masculina é majoritária nos cargos de poder, tanto no Brasil quanto no exterior. As mulheres têm pouca representatividade e menos oportunidades de participação e influência política. Isso resulta em políticas públicas que não atendem às necessidades e demandas femininas, perpetuando desigualdades e injustiças de gênero.

Uma proposição a ser explorada é que o ambiente político, por sua natureza predominantemente masculina, é onde a identidade feminina é mais evidenciada e onde as mulheres enfrentam maior pressão para se conformarem a padrões não femininos a fim de concorrer e serem eleitas. Nesse sentido, a sugestão de Butler (1990), acerca da reflexão a partir de uma perspectiva feminista para a construção de um sujeito feminista, ganha relevância.

O que exatamente constituiria essa “perspectiva feminista” não foi totalmente desenvolvido por Butler (1990), porém, Young (2000) abordou essa questão com profundidade, deixando um legado significativo para a reflexão na teoria social contemporânea. Conforme a segunda autora, aqueles que vinculam identidade a grupo tendem a negligenciar um aspecto essencial. Ou seja, uma conceituação tão rígida da diferenciação de grupos simultaneamente nega as similaridades que muitos membros do grupo compartilham com aqueles que não pertencem ao grupo e nega a ampla gama de gradientes e diferenciações dentro do próprio grupo (Young, 2000).

Na esfera econômica, as mulheres também são desvalorizadas. Mesmo quando exercem a mesma função e possuem a qualificação equivalente à dos homens, as mulheres, em grande parte dos casos, recebem remuneração inferiores às deles. No âmbito familiar, a dominação do homem é manifestada nas relações de

poder entre homens e mulheres. Estereótipos de gênero ainda são recorrentes na família brasileira, como a ideia de que o homem deve ser provedor e a mulher cuidadora do lar. Essas crenças reforçam a desigualdade e favorecem a perpetuação da subordinação da mulher.

No campo educacional, a dominação masculina pode ser percebida na divisão tradicional de papéis, quando os meninos são incentivados a buscar conhecimento científico e técnico, enquanto as meninas são direcionadas para áreas humanas, o que contribui para a limitação das escolhas profissionais.

## **2.2 O feminismo no Brasil**

O movimento feminista brasileiro teve início em meados do século XIX e ganhou mais força no XX, apresentando-se mais crítico, com novos desafios e novas propostas, com a união de mulheres de diversas classes sociais. O caráter militante se sobressaiu nesse momento, pois questionava a política, a educação e a dominação do homem na sociedade, além da sexualidade e do divórcio.

Durante os anos 1970, os estudos relacionados à mulher começaram a ganhar destaque, vinculando-se aos movimentos sociais da época. O movimento feminista no Brasil teve início nesse contexto, caracterizando-se como uma experiência histórica que proclamava, de forma genérica e abstrata, a busca pela emancipação feminina. Ao longo das décadas seguintes, o movimento se desenvolveu dentro de determinados limites e possibilidades, influenciado por mulheres inseridas em contextos políticos, sociais, culturais e históricos específicos. Nesse sentido, a análise do feminismo requer uma compreensão do contexto no qual foi enunciado, o qual confere significado a esse movimento social (Sarti, 2004).

Embora tenha recebido influências externas, especialmente europeias e norte-americanas, o início do feminismo brasileiro foi marcado pela contestação à ordem política vigente no país, sobretudo após o golpe militar de 1964, quando mulheres demonstraram sua resistência à ditadura. Esse momento histórico-social e político é uma das maneiras de entender o legado desse movimento, que deixou uma marca indelével em uma época, diferenciou gerações de mulheres e promoveu mudanças nas formas de pensar e viver, no contexto da luta pela abertura política (Costa, 2009).

Nesta perspectiva, o feminismo brasileiro teve um impacto significativo tanto no âmbito das instituições sociais e políticas quanto nos costumes e práticas cotidianas, ampliando de forma definitiva o espaço de atuação pública da mulher e influenciando toda a sociedade brasileira. Esse impacto decorreu da contestação das relações de poder, tanto nas relações naturalizadas entre homens e mulheres quanto em todos os setores da sociedade, articulando as relações de gênero à estrutura de classes e constituindo-se em um movimento interclassista (Sarti, 2004).

O percurso do feminismo, no Brasil, é marcado por uma sucessão de etapas que ecoam as transformações sociais, políticas e culturais ao longo da história do país. Desde os primeiros clamores pela igualdade de gênero no período colonial até os movimentos contemporâneos que abordam questões interseccionais, o feminismo brasileiro tem desempenhado um papel fundamental na busca por direitos e reconhecimento (Hirata, 2019).

Autoras como Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro têm desempenhado papéis significativos no desenvolvimento do Feminismo Negro no Brasil. Elas são reconhecidas por suas contribuições teóricas, práticas e políticas que têm fortalecido o movimento ao abordar questões de interseccionalidade, raça, gênero e direitos das mulheres negras. Essas autoras têm ampliado a conscientização e a luta por justiça social, influenciando profundamente o panorama feminista e antirracista no país.

Sobre o sistema patriarcal brasileiro, Sueli Carneiro (2019) esclarece que no Brasil, o estupro colonial perpetrado pelos senhores brancos portugueses sobre negras e indígenas está na origem de todas as construções da identidade nacional e das hierarquias de gênero e raça presentes em nossa sociedade, influenciando profundamente suas estruturas. Para a autora, este contexto histórico elucidado como a violência sexual foi utilizada como instrumento de dominação e controle que moldou as relações sociais e as estruturas de poder no país.

Na hierarquia social, as mulheres negras ocupam a base, seguidas dos homens negros, das mulheres brancas e, finalmente, dos homens brancos. O quadro hierárquico indica, portanto, que o combate ao racismo deve ser prioritário, ao mesmo tempo que o combate ao sexismo, afinal “a distância entre homens e mulheres negras expressa o resultado do machismo e do sexismo presentes nos mecanismos de seleção social” (Carneiro, 2019, p. 57). Nesse entendimento, a hierarquia social que marginaliza as mulheres negras na base, seguidas pelos homens negros, mulheres

brancas e homens brancos evidencia a necessidade urgente de priorizar o combate ao racismo e ao sexismo simultaneamente.

Em seu livro *O que é Lugar de Fala*, Djamila Ribeiro (2017) aborda de maneira crítica o conceito de lugar de fala, que na sua concepção se refere à posição social e identitária a partir da qual alguém fala e é ouvido na sociedade. A filósofa e escritora ativista argumenta que reconhecer e valorizar diferentes lugares de fala é crucial para entender as desigualdades e opressões enfrentadas por grupos marginalizados, especialmente mulheres negras.

A exemplo de Sueli Carneiro e Djamila outras mulheres brasileiras têm promovido reflexões críticas e contribuído significativamente para ampliar o entendimento sobre as interseções entre raça, gênero e poder, inspirando movimentos sociais e acadêmicos a considerar a complexidade das experiências individuais e coletivas na luta por justiça social.

A intersecção entre o feminismo e a afro-americanidade representa um campo vasto e complexo de investigação que se debruça sobre as experiências e lutas das mulheres negras nos Estados Unidos, assim como sobre os desafios enfrentados por elas na busca por igualdade de gênero e racial. Esse diálogo entre feminismo e afro-americanidade ganha relevância ao refletir sobre as interações entre raça, gênero e classe social na construção das identidades e nas lutas por reconhecimento e justiça social.

Carneiro (2003) destaca a importância de uma abordagem interseccional que considere as múltiplas dimensões da opressão enfrentada pelas mulheres negras, que não podem ser compreendidas apenas a partir de uma perspectiva feminista branca. A afro-americanidade, enquanto categoria analítica, remete à experiência histórica e cultural dos afrodescendentes nos Estados Unidos, marcada pela escravidão, segregação racial e lutas por direitos civis. Essa noção transcende as fronteiras geográficas e ganha ressonância global ao evidenciar a resistência e a resiliência das comunidades negras diante das opressões estruturais (Davis, 1981).

Embora seja americana, Angela Davis exerce influência e presença significativa no feminismo brasileiro. Suas visitas e diálogos com feministas brasileiras fortaleceram o movimento, inspirando ativistas e fornecendo uma base teórica sobre interseccionalidade. Sua presença e contribuições ajudaram a aumentar a visibilidade e a fortalecer o Feminismo Negro brasileiro.



Pioneira nos estudos sobre mulheres negras no Brasil e no mundo, Lélia Gonzalez (1988) retoma o debate a partir do desenvolvimento de alguns conceitos como o político-cultural de *amefricanidade*. Este conceito relaciona-se com as experiências e identidades das pessoas afrodescendentes na América Latina, em particular no Brasil, onde a cultura negra desempenha um papel fundamental. A noção de amefricanidade busca expressar a intersecção entre a herança africana e a vivência nas Américas, dando visibilidade a uma identidade que foi historicamente marginalizada e que carrega uma riqueza cultural significativa.

Gonzalez (1988) introduz essa categoria para destacar a confluência entre as culturas africanas, indígenas e europeias nas Américas, particularmente nas sociedades marcadas pela colonização e pela escravidão. A noção de americanidade surge como uma resposta à invisibilidade da contribuição africana no continente americano e à marginalização das populações negras.

No processo de formação das Américas as minorias, indígenas, negros e mulheres tiveram e seguem a ter o direito de ser sujeito negado, tendo seus discursos e sua história silenciadas, e, que dentro do movimento de mulheres, as negras e indígenas são testemunhas da exclusão que reverbera em outros segmentos da sociedade (Gonzalez, 1988).

Segundo Gonzalez (1988), o termo *amefricanidade* aponta a fusão de América e África, refletindo a realidade vivida pelos povos afrodescendentes nas Américas, que formaram uma identidade distinta, mesclando suas raízes africanas com as experiências vividas no contexto das Américas coloniais e pós-coloniais. Esse conceito transcende as fronteiras geográficas e procura articular uma identidade que não se reduz à noção eurocêntrica de nacionalidade ou raça, mas que incorpora uma perspectiva multicultural e multifacetada.

Além da *amefricanidade*, Lélia Gonzalez (1988) desenvolveu outras categorias importantes, dentre as quais podemos destacar *Pretuguês*, termo que se refere a uma variação do português falado pelas populações negras no Brasil e o Feminismo Negro em que integra questões de raça e gênero, destacando a dupla marginalização sofrida pelas mulheres negras. O Feminismo Negro da autora é fundamental para o movimento feminista no Brasil, pois traz à tona a necessidade de uma abordagem interseccional, que considere as especificidades das mulheres negras.

Essas teorias são essenciais para a compreensão da complexidade das identidades afrodescendentes nas Américas. Ao combinar elementos culturais, sociais, políticos e linguísticos, Gonzalez (1988) não apenas reivindica o reconhecimento das contribuições africanas, mas também oferece uma visão de resistência e transformação social.

Devido à sua natureza crítica e abrangente, o feminismo do Brasil se tornou um dos mais respeitados do mundo, configurando-se como uma referência internacional. Um fato que ilustra perfeitamente isso é a Constituição Federal de 1988 (CF/88) e a Lei nº 11.340/2006, que contemplaram inúmeras propostas que mudaram radicalmente o status jurídico das mulheres no Brasil. Assim, a CF/88, entre outros feitos, destituiu o pátrio poder e impulsionou a participação das mulheres no espaço social, nos postos de comando e na política.

O princípio da igualdade de gênero é consagrado no primeiro inciso do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, o qual estipula que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. Essa afirmação representa uma das mais significativas conquistas das mulheres brasileiras, ao garantir que todas as pessoas, independentemente do gênero, sejam tratadas de forma igual perante a lei. Essa disposição implica que homens e mulheres devem usufruir dos mesmos direitos, ter acesso às mesmas oportunidades, assumir as mesmas responsabilidades e cumprir as mesmas obrigações. Esse inciso é considerado fundamental, sendo essencial para a garantia da cidadania, para o funcionamento da sociedade e para o Estado brasileiro (Brasil, 1988).

O atual texto constitucional trouxe importantes avanços para as mulheres, que, posteriormente, favoreceram a formulação da Lei Maria da Penha, aprovada em 2006 e que tem por objetivo a proteção da mulher contra a violência doméstica e familiar. Ela recebeu esse nome devido à luta de Maria da Penha por reparação e justiça.

A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, caracteriza a violência contra a mulher como crime, definindo ações de enfrentamento e punição para os agressores. A referida Lei coíbe todas as formas da violência doméstica contra a mulher, como a física, a psicológica, a sexual, a patrimonial e a moral, e determina que a violência contra a pessoa do gênero feminino não depende de sua orientação sexual.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos (Brasil, 2006).

Nesse sentido, a Lei ampara todas as pessoas que se identifiquem com o sexo feminino, sendo heterossexuais, homossexuais ou mulheres transexuais, caracterizando-se como um marco legal importante na luta contra a violência de gênero, definindo a gravidade desse problema e estabelecendo medidas para proteger e garantir os direitos das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Em relação ao racismo, a Lei Magna proíbe qualquer forma de discriminação e prevê punição aos transgressores. O art. 5º, por exemplo, estabelece que é inafiançável e imprescritível o crime de racismo, definindo-o como a prática de qualquer ato discriminatório, restringindo o acesso a locais ou serviços públicos, negando direitos a alguém por motivos de raça, entre outros (Brasil, 1988).

No que diz respeito ao sexismo, a CF/88 também busca garantir a igualdade de gênero e combater a dominação masculina ao determinar que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, proibindo qualquer forma de discriminação baseada no sexo, assegurando a proteção da família e a eliminação de qualquer forma de violência no âmbito das relações domésticas.

Além disso, a CF/88 também prevê a criação de políticas de ação afirmativa para promover a igualdade racial e de gênero, como cotas para ingresso em instituições de ensino superior e a reserva de vagas em concursos públicos. No entanto, apesar das garantias previstas, o racismo e o sexismo ainda persistem na sociedade brasileira.

Em *Uma História do Feminismo no Brasil*, Pinto (2003) traça um panorama do movimento feminista ao longo da história do país e classifica o movimento feminista brasileiro em quatro fases: a primeira apresenta o surgimento do movimento feminista no final do Século XIX e começo do XX; a segunda aborda o feminismo nascente no

contexto da Ditadura Militar; a terceira narra a mobilização desse movimento na redemocratização brasileira; e, por fim, a quarta, e última fase, narra a década de 1990 e a expansão das Organizações não governamentais (ONGs) feministas.

A violência de gênero, a misoginia, o machismo, a sexualidade feminina, o direito ao aborto, a representatividade das mulheres na mídia são alguns temas abordados na obra que visa compreender a luta das mulheres brasileiras por igualdade e empoderamento, destacando seus desafios e conquistas.

Conforme Bourdieu (2002), os atores sociais interagem por meio de jogos, sem normas explícitas, nos quais os indivíduos fazem suas escolhas influenciadas pelo seu *habitus*, ou seja, no caminho percorrido para o alcance de seus objetivos, as pessoas costumam ser dominadas pela situação econômica, política, cultural e social onde vivem. Sendo assim, a dominação do homem sobre a mulher é exercida por meio da violência simbólica, compartilhada inconscientemente entre dominador e dominado, determinado pelos esquemas práticos do *habitus*.

[...] O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação, que são constitutivos dos "*habitus*" e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma. Assim, a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina, que se pode dizer ser, ao mesmo tempo e sem contradição, espontânea e extorquida, só pode ser compreendida se nos mantivermos atentos aos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens), ou seja, às disposições espontaneamente harmonizadas com esta ordem que as impõem (Bourdieu, 2002, p. 49-50).

No trecho supracitado, o autor destaca a natureza complexa e insidiosa da dominação simbólica, especialmente no que se refere à relação de gênero. Ademais, Bourdieu (2002) destaca que a dominação simbólica não se limita a questões de etnia, gênero, cultura ou língua, mas permeia diversos aspectos da vida social. Ele aponta, para a importância dos "*habitus*", os esquemas mentais internalizados que moldam percepções, avaliações e ações das pessoas.

Em continuação ao seu raciocínio, Bourdieu (2002) assimila a violência simbólica como um ato sutil, que oculta relações de poder que alcançam não apenas as relações entre os gêneros, mas toda a estrutura social. Desse modo, denuncia que as ações e o modo de pensar dos indivíduos são determinados pelas dicotomias e pelas oposições como o masculino/feminino, o rico/pobre, o claro/escuro etc. O

sociólogo argumenta ainda que a dominação masculina imposta pelos homens é internalizada pelas mulheres que, devido à socialização de gênero, interiorizam de modo inconsciente os valores e normas que perpetuam a sua própria subordinação. Dessa forma, as estruturas de dominação masculina são reproduzidas e perpetuadas pelas próprias mulheres, sem que muitas vezes elas questionem ou resistam a essas estruturas.

Essa análise de Bourdieu (2002) destaca a importância de examinar as estruturas básicas que sustentam a desigualdade de gênero e outras formas de dominação simbólica. Ele oferece *insights* valiosos para compreender como as normas sociais são internalizadas e perpetuadas, contribuindo para a reflexão crítica sobre as relações de poder e a busca por transformações sociais.

A filósofa estadunidense Butler (1990) é uma das grandes teóricas contemporâneas que discorre sobre gênero e sexualidade. A sua concepção se aproxima da teoria de Bourdieu (2002). Em consonância com Butler (1990), as relações de gênero são também relações de poder que geram dominação intersubjetiva e intrassubjetiva. No livro *Gender Trouble*, de 1990, a autora questiona as noções tradicionais e normativas de gênero, argumentando que o gênero é performativo, o que significa que é mantido, criado ou perpetuado por repetições iterativas quando falando e interagindo uns com os outros. Sendo assim, o gênero não é uma característica fixa e essencial, mas sim uma construção social e cultural. Ela esclarece ainda, que o gênero é performado e repetido através de atos e gestos cotidianos, em vez de ser uma expressão natural e inata.

Além do que foi mencionado, Butler (1990) aborda a relação entre gênero, poder e violência, criticando as normas de gênero que reforçam a desigualdade social e a opressão. Em suas teorias, ela evidencia a necessidade de desestruturar as normas de gênero existentes e reconhecer a multiplicidade de identidades de gênero e formas de expressão.

No que toca a relação existente entre o poder e constituição da identidade, Hall (2012) afirma que são as relações de poder que constituem a identidade. No entendimento do autor, a identidade é constituída a partir da diferença e, portanto, é dependente desta, posto que é o pilar basilar de sua própria estruturação.

Isto posto, torna-se imprescindível a luta das mulheres como forma de contestar e transformar as estruturas de dominação masculina. A luta por igualdade de gênero consiste em transformações legais e políticas, com o intento de

desconstruir as representações simbólicas que sustentam a desigualdade promovendo a mudança das práticas cotidianas que a reproduzem.

### 3 IDENTIDADE FEMININA: a relação entre gênero e sexo

Este capítulo versa sobre a identidade feminina e a relação entre gênero e sexo, explorando como esses conceitos têm sido construídos social e historicamente, e como influenciam as experiências e as lutas das mulheres no Brasil. A análise inclui as contribuições teóricas de autores e autoras relevantes e discute o impacto dessas ideias nas ações feministas contemporâneas.

Ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, em 1949, a escritora francesa Beauvoir (2009) colaborou para o desenvolvimento dos estudos de gênero a partir da ideia de que há uma dissociação entre “sexo biológico” e “gênero”. Nesse sentido, o termo “mulher” é um tanto quanto extensivo, uma vez que sua definição não deve ser limitada somente ao sexo, reduzindo-se ao campo biológico, podendo ser concebido como uma construção social da identidade de gênero. A autora ratifica a ideia de que ser mulher não é, tão somente, uma definição da natureza biológica, mas uma fusão de concepções, atitudes e sentimentos.

Conforme explicita Mota-Ribeiro (2005), analisar o feminino como construção social implica no entendimento dos termos “gênero” e “sexo”. O sexo biológico representa um padrão de expectativas de gênero, que, não necessariamente, se refere à identidade sexual. Ou seja, o “ser homem” ou o “ser mulher”, no âmbito biológico, não é sempre ligado ao “masculino” e ao “feminino” respectivamente. Nessa lógica, feminilidade e masculinidade são conceitos construídos culturalmente e apresentam significados diversos e variados nas sociedades onde são aprendidos. À vista disso, para Mota-Ribeiro (2005, p. 16), há, portanto, “[...] um processo cultural que nos torna homens ou mulheres”.

Sendo assim, o conceito de gênero pode ser compreendido como um conjunto de configurações marcadas pelas experiências cotidianas de homens e mulheres, dependentes da firmação de um pacto social que delimita os papéis a serem desempenhados pelas pessoas conforme o gênero feminino ou masculino, de modo que tais atuações podem sofrer alterações decorrentes do contexto político, histórico e social.

No primeiro volume de *História da Sexualidade*, Foucault (1988) defende a tese de que a sexualidade é construída na cultura, de acordo com os objetivos políticos da classe dominante. Nesse sentido, ele definiu “tecnologia sexual” como o

conjunto de técnicas sociais criadas pela burguesia europeia a partir do final do século XVIII para assegurar sua sobrevivência e hegemonia.

A análise de Foucault se inicia a partir de um paradoxo: as proibições e regulamentações dos comportamentos sexuais, ditados por autoridades religiosas, legais ou científicas, longe de constranger ou reprimir a sexualidade, produziram-na e continuam a produzi-la, da mesma forma que a máquina industrial produz bens e artigos, e, ao fazê-lo, produz relações sociais (Lauretis, 1994, p. 220).

É importante ressaltar que Foucault (1988) não utilizou, em suas análises, a categoria de gênero. Embora tenha tratado da sexualidade de forma ampla, optou por se dedicar a alguns grupos mais específicos, principalmente os homossexuais, reconhecendo as relações políticas neles existentes.

No livro *O que é Feminismo?*, Alves e Pitanguy (2017) abordam o feminismo como um processo desenvolvido ao longo da história, e que continua a ser trabalhado diariamente, em todos os espaços da vida social, apresentando, de forma resumida, a trajetória do movimento ao longo dos últimos séculos, nos dando a oportunidade de compreendê-lo como um processo de luta de longa duração.

O feminismo, enquanto movimento social e político, tem como objetivo primordial alcançar a igualdade de direitos entre homens e mulheres, assim como promover o reconhecimento e a valorização das mulheres em todas as esferas da sociedade (Tavares, 2007). Desde suas origens, o feminismo tem sido caracterizado por uma diversidade de vertentes e correntes, cada uma com suas abordagens e estratégias específicas para enfrentar o machismo e impulsionar a emancipação feminina.

Contudo, as conquistas formais não esgotam o escopo da luta feminista. O movimento também busca combater o machismo estrutural, que se manifesta em diversas formas de discriminação e violência contra as mulheres (Pereira, 2013). Isso inclui desde a disparidade salarial entre homens e mulheres até a violência doméstica, o assédio sexual e a objetificação do corpo feminino na mídia e na cultura em geral.

Para enfrentar o machismo, o feminismo promove a conscientização, a educação e a mobilização tanto das mulheres quanto de toda a sociedade (Biroli, 2019). Isso implica na denúncia das desigualdades de gênero, no questionamento de padrões e normas opressivas e na promoção de mudanças nas instituições e nas



relações sociais para garantir a igualdade e o respeito aos direitos das mulheres (Pinto, 2010).

Diante disso, podemos observar que, durante muito tempo, a imagem da mulher esteve vinculada a características limitantes, através de construções histórico-sociais alusivas a desigualdades, em relação ao sujeito homem. A manutenção da opressão nas relações de gênero está relacionada ao sistema patriarcal, em que a mulher era considerada um ser submisso e inferior ao homem.

Nesse sentido, com o intuito de demonstrar a resistência ao sistema vigente da sua época é que Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo, ao produzirem seus contos, procuraram representar a mulher por ângulos diferentes, colocando-a na condição de protagonista da história.

## **4 O FEMINISMO NEGRO**

Este capítulo explora o movimento do Feminismo Negro, destacando a luta pela valorização e identidade das mulheres negras. A discussão aborda interseções de raça, gênero e classe dentro do citado movimento, desafiando o racismo estrutural e o sexismo. Além disso, pretende-se evidenciar a contribuição de Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo para o campo de estudo: a primeira, pioneira na literatura afro-brasileira, e a segunda, continuando seu legado, exploram ambas em suas obras temas essenciais de identidade, resistência e empoderamento das mulheres negras.

### **4.1 Caracterizando o Feminismo Negro**

O movimento do Feminismo Negro é uma expressão da luta das mulheres negras pelo reconhecimento de sua identidade. A análise da trajetória desse movimento ressalta a importância da luta pelo reconhecimento como um paradigma essencial para compreender sua busca identitária e a amplitude do reconhecimento almejado (Almeida, 2016).

A teoria proposta por Honneth (2003), fundamentada no arcabouço conceitual hegeliano que aborda a luta pelo reconhecimento, visa compreender os embates éticos que impulsionam os movimentos sociais. Esta teoria pode servir como base para uma abordagem normativa da teoria social, procurando elucidar os processos de mudança social ao focar as demandas normativas inerentes à relação de reconhecimento mútuo. As interações intersubjetivas visam o reconhecimento recíproco entre os indivíduos dentro do contexto social.

Contudo, essas interações são influenciadas pelas estruturas de poder vigentes, resultando em tensões e conflitos que podem desencadear movimentos de protesto e resistência. A luta pelo reconhecimento, impulsionadora dos atores sociais, surge da necessidade inerente de preservação do eu e da busca pelo reconhecimento de suas qualidades intrínsecas e extrínsecas, tais como autoconfiança, autorrespeito e autoestima, elementos morais essenciais para a identidade do indivíduo enquanto membro ativo da sociedade.

A luta pelo reconhecimento visa principalmente abordar as injustiças culturais que impactam a autoestima e a autorrealização dos indivíduos em suas relações consigo mesmos e com outros membros da sociedade. Por outro lado, a

redistribuição envolve políticas públicas e ações afirmativas destinadas a corrigir as desigualdades econômicas que perpetuam a disparidade e a hierarquização social. Ao examinar essas demandas sociais, Fraser (2006) enfatiza um deslocamento nos conflitos pós-socialistas em direção à luta pelo reconhecimento, que, segundo a autora, está ganhando destaque em relação à luta pela redistribuição.

O Feminismo Negro é uma vertente do movimento feminista que se concentra nas experiências únicas e nas interseções de gênero, de raça e de classe que as mulheres negras enfrentam. Esse movimento surge como uma resposta à marginalização histórica que as mulheres negras têm enfrentado tanto dentro do feminismo quanto nos movimentos pelos direitos civis.

Na sua essência, o movimento é mais do que uma luta por identidade; pois reconhece que tanto a branquitude quanto a masculinidade são construções identitárias. Pensar no Feminismo Negro é considerar projetos democráticos que buscam igualdade e justiça para todos, independentemente de raça ou gênero, para superar a incompreensão e a marginalização às quais as mulheres negras estão condicionadas (Ribeiro, 2018).

Uma das metas principais é garantir que as mulheres negras tenham voz e agência em todos os aspectos da sociedade. Isso inclui a representação nas esferas política, social, cultural e econômica, desafiando estereótipos específicos e imagens simplificadas das mulheres negras, com ênfase na diversidade de suas experiências e contribuições.

O movimento também enfatiza a importância da autodeterminação e da liderança das mulheres negras em suas próprias lutas. Isso significa que as mulheres negras devem ser protagonistas de suas próprias narrativas e definições de justiça ao invés de serem representadas ou dirigidas por outras pessoas, sejam elas brancas ou negras.

O Feminismo Negro desafia tanto o racismo estrutural quanto o sexismo. Ele busca abolir as injustiças sociais às quais as mulheres negras são submetidas. As experiências vivenciadas por estas mulheres evidenciam a necessidade urgente de reconhecer e enfrentar as múltiplas formas de discriminação e opressão por elas enfrentadas, e é nesse contexto que surge a importância do Feminismo Negro como um movimento de resistência e empoderamento.

É essencial, para o prosseguimento da luta feminista, que as mulheres negras reconheçam a vantagem especial que nossa perspectiva de marginalidade nos dá e fazer uso dessa perspectiva para criticar a dominação racista, classista e a hegemonia sexista, bem como refutar e criar uma contra hegemonia. Eu estou sugerindo que temos um papel central a desempenhar na realização da teoria feminista e uma contribuição a oferecer que é única e valiosa (hooks, 2000, p. 15).

A afirmação de hooks (2000) expressa a relevância do Feminismo Negro no âmbito político. Refletir sobre as interseções e interações entre as opressões, que geram novas formas de subjugação, é essencial para conceber diferentes formas de existência. Além disso, a estrutura teórica e crítica trazida pelo referido movimento serve como uma ferramenta para contemplar não apenas as diversas experiências das mulheres negras, mas também o tipo de sociedade que almejamos.

O Feminismo Negro tem raízes profundas nas lutas históricas conduzidas por mulheres negras contra a escravidão e a discriminação racial. No entanto, sua consolidação como movimento específico ganha força, nas décadas de 1960 e 1970, quando mulheres negras, nos Estados Unidos, começaram a destacar as formas únicas de opressão que enfrentavam, por muitas vezes, esquecidas ou negligenciadas pelos movimentos predominantes da época.

Historicamente, as mulheres negras têm questionado, de maneira não universal e crítica, a noção de mulher, destacando a importância de reconhecer outras concepções de feminilidade. Um exemplo emblemático é o discurso proferido por Sojourner Truth, ex-escravizada que se tornou uma renomada oradora, intitulado de *E eu não sou uma Mulher?*, durante a Convenção dos Direitos das Mulheres, em Ohio, Estados Unidos, em 1851.

Refletir sobre a interseccionalidade implica compreender que nenhuma razão de opressão deve ser hierarquizada sobre as outras e que, por serem estruturais, é preciso romper com a própria lógica que as sustentam. Isso significa considerar raça, classe e gênero não como categorias independentes, mas como elementos indissociáveis.

No Brasil, estudos históricos revelam a luta das mulheres negras por sua própria sobrevivência durante o período escravista. Apesar das variações históricas decorrentes de contextos locais específicos, essa realidade se repetiu em diversas sociedades da diáspora negra em que a escravidão de mulheres e homens negros foi institucionalmente estabelecida. Referindo-se ao contexto dos Estados Unidos, hooks

(1981) explica que assumir uma posição de passividade colocaria em risco a vida das mulheres negras durante o período escravista.

A estrutura da escravidão não foi projetada para proteger as mulheres escravizadas e livres, mas para explorá-las economicamente e sexualmente. Na sociedade patriarcal escravocrata, as mulheres negras enfrentaram violência sexual perpetrada por homens brancos e pretos, não recebendo proteção de nenhum deles. Após o término da escravidão, poucas tiveram a opção de decidir se iriam ou não trabalhar, e para as mulheres negras, o trabalho não representou uma fonte de independência a ser alcançada (hooks, 1981).

No contexto brasileiro, o Feminismo Negro ganha relevância a partir dos anos 1980. Conforme aponta Moreira (2006), a aproximação das mulheres negras com o movimento feminista teve início durante o III Encontro Feminista Latino-Americano, em Bertioga, São Paulo, em 1985, momento em que surgiram iniciativas coletivas visando obter reconhecimento político dentro do campo feminista. Essa conjuntura, segundo a autora, viu o surgimento dos primeiros coletivos de mulheres negras e a realização de diversos encontros estaduais e nacionais dessas mulheres.

Akotirene (2019) entende a interseccionalidade como “sistema de opressão interligado” que circunda vida de mulheres negras no encontro de avenidas identitárias, assim como, a feminista negra estadunidense, Patricia Hill Collins. A autora apresenta aos leitores e leitoras o conceito de interseccionalidade, articulando diversas contribuições de intelectuais. Ela chama atenção, também, para a apropriação do conceito por instituições, movimentos sociais e correntes teóricas que em muitos casos, negam a autoria feminista negra, utilizam a interseccionalidade como meio para criminalizar corpos negros.

O livro *Interseccionalidade*, de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), aborda o conceito de interseccionalidade como uma abordagem que busca entender como diferentes categorias de opressão, como raça, gênero, classe social, sexualidade e outros, se sobrepõem e interagem para criar sistemas de desigualdade e opressão. Collins explora como múltiplas formas de discriminação e marginalização se entrelaçam e afetam diferentes grupos sociais, especialmente mulheres negras. A autora argumenta que entender a interseccionalidade é essencial para compreender a forma como as estruturas de poder e a opressão funcionam na sociedade. Além disso, destaca como a interseccionalidade pode ser uma ferramenta poderosa para ações coletivas de resistência e luta por igualdade e justiça social.

Nesse sentido, o livro discute questões como a interação entre raça e gênero, a experiência das mulheres negras na luta contra o sexismo e o racismo, a importância de uma perspectiva interseccional para a análise social e as maneiras de promover a justiça social por meio da interseccionalidade.

Ao colocar a mulher negra no cerne do debate, Gonzales (1988) observa a hierarquização do conhecimento como resultado da classificação racial da sociedade, em que o modelo valorizado e universal é branco. Para a autora, o racismo se configura como a “ciência” da suposta superioridade eurocristã (branca e patriarcal), na medida em que se estabelece o modelo ariano de explicação.

No livro também intitulado *Interseccionalidade*, Carla Akotirene (2019) traz a raiz política, o fundamento e os contrapontos do conceito que intitula a obra. Elaborada diante da crítica feminista negra às leis antidiscriminação subscrita às vítimas do racismo patriarcal, a interseccionalidade tem como objetivo dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado.

Dentro da perspectiva mencionada, a teoria feminista tende a refletir e reforçar o discurso das mulheres brancas como predominante. Assim, contradiscursos e contranarrativas não são apenas relevantes do ponto de vista do conhecimento, mas também no contexto da afirmação da própria existência. A invisibilidade da mulher negra dentro do movimento feminista resulta na falta de reconhecimento de seus problemas.

Sem que essas questões sejam nomeadas, não é possível desenvolver soluções emancipatórias. A ausência de discussão é, por si só, uma forma de perpetuar a ideologia. Muitas feministas negras enfatizam a importância de romper o silêncio como um passo crucial para a sobrevivência das mulheres negras. Angela Davis (2011), Audre Lorde (2015) e Alice Walker (1982) abordam essa temática em suas obras, ressaltando a necessidade de se expressar.

“O silêncio não vai te proteger”, como diz Lorde (2015), é uma afirmação contundente que ressalta a inadequação do silêncio como estratégia de autopreservação, apontando para a necessidade de falar e resistir diante das opressões, ou seja, destaca que a permanência em silêncio não oferece proteção contra as injustiças, mas fortalece o status quo opressivo ao permitir que continue sem contestação.

Ao afirmar “não pode ser seu amigo quem exige seu silêncio”, Alice Walker (1982) expande essa ideia ao destacar que relações reais, saudáveis e equitativas não podem ser construídas quando há imposição do silenciamento, revelando a importância da expressão autêntica na construção de laços interpessoais e enfatizando que a verdadeira amizade e solidariedade, deve reservar espaço para a expressão e a voz autêntica de cada indivíduo.

Davis (2011), ao apontar que “a unidade negra foi construída em cima do silêncio da mulher negra”, destaca a historicidade do silenciamento das mulheres negras dentro do movimento negro, evidenciando como a construção da unidade, muitas vezes, foi feita às custas da voz feminina. Essas autoras destacam a importância de não silenciar diante das opressões, rejeitando a ideia de que a condição de oprimido justifique a opressão. Isso implica em uma rejeição vigorosa da noção de que a omissão seria uma escolha aceitável em resposta à opressão. Assim, essa noção de silenciamento também se estende ao âmbito epistemológico e político dentro do próprio movimento feminista, o que negligencia e marginaliza as mulheres negras como sujeitos políticos.

Esse silêncio, ao excluir as mulheres negras como sujeitos políticos, levanta questões sobre representatividade e participação ativa nos debates e decisões que moldam políticas e movimentos, evidenciando as barreiras enfrentadas por essas mulheres dentro do ativismo e contribui, por exemplo, para o aumento alarmante dos índices de homicídio de mulheres negras em comparação com mulheres brancas, como apontado no *Atlas da Violência 2023: homicídio de mulheres no Brasil* (Cerqueira; Bueno, 2023). A falta de uma abordagem étnico-racial nas políticas de combate à violência contra a mulher revela a necessidade de uma prática verdadeiramente interseccional, que reconheça e respeite todas as identidades envolvidas.

Por não serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supremacista branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade. Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. [...] Mulheres brancas têm um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro (Kilomba, 2012, p. 124).

Segundo Kilomba (2012), não há reciprocidade na relação entre homens e mulheres, onde a mulher é sempre vista pelo olhar do homem em um lugar de subordinação, como o “outro” absoluto. Kilomba (2012) argumenta que a verdadeira reciprocidade entre homens e mulheres só pode ser alcançada quando há um reconhecimento e uma desconstrução das hierarquias de poder que historicamente privilegiaram os homens, especialmente os homens brancos. Ela ressalta a importância de compreender como as experiências de mulheres negras são frequentemente marginalizadas tanto nos discursos feministas tradicionais quanto nas relações interpessoais.

A autora propõe que a reciprocidade exige um esforço consciente para ouvir e valorizar as vozes e experiências das mulheres negras, reconhecendo suas lutas específicas e contribuindo para a construção de uma sociedade onde as relações de poder sejam equilibradas. Esse processo demanda mudanças estruturais e transformações nas atitudes e comportamentos individuais, promovendo uma compreensão mais profunda e empática das diferentes realidades vividas pelas mulheres.

O convite para uma ação política coletiva contra o racismo, sexismo e heterossexismo é dirigido não apenas a mulheres e homens negros, mas também a mulheres e homens brancos. Esse convite surge do íntimo das ativistas e traz consigo histórias de mulheres negras e indígenas, apesar de frequentemente ignoradas pela narrativa dominante. O objetivo das ativistas é explicar o porquê de essas mulheres serem invisibilizadas e quais as consequências disso em suas vidas, além de buscar oportunidades para reverter esse quadro.

Para algumas delas, isso faz parte do ativismo das mulheres negras comprometidas com seu movimento, enquanto para outras, é parte do ativismo das mulheres negras feministas. No entanto, o entendimento do feminismo e da identidade feminista varia. Ser feminista negra não necessariamente implica em adotar um Feminismo Negro, pois existem diferentes concepções de feminismos dentro dos movimentos de mulheres negras (Cardoso, 2012).

Diante disso, questiona-se qual é a concepção de feminismo adotada pelas ativistas negras brasileiras? Collins (2000), em sua obra *Black Feminist Thought*, aborda a complexidade do pensamento feminista negro nos Estados Unidos, que, por um lado, é amplamente utilizado e, por outro, cada vez mais desafiador de definir. Ela destaca a crítica à constante necessidade das mulheres negras de nomear seu próprio



conhecimento, especialmente quando até mesmo o vocabulário utilizado para descrever esse pensamento está sob escrutínio. Ela sugere que, em vez de se concentrar na nomenclatura, seria mais proveitoso visitar as razões que fundamentam a existência desse pensamento. Portanto, a autora identifica as características comuns presentes nas diversas abordagens como representativas do pensamento feminista negro.

Benilda Paiva, entrevistada na tese de doutorado de Cardoso (2012), sobre o movimento feminista, frisa: “– Não foi inventado pela gente. A gente acabou herdando, é um conceito burguês que a gente acabou herdando, então, ao longo da história, porque a gente não descobriu outro”.

Ainda para a entrevistada, Benilda Paiva, o feminismo requer a defesa de todas as especificidades e, ao perceber que o movimento das mulheres negras não está disponível para engajar-se em discussões sérias sobre a lesbianidade, não apoia a existência de um Feminismo Negro. Além disso, tem reservas quanto ao uso desse termo, pois também considera a categoria como algo alheio às experiências das mulheres negras. Nas palavras da participante, “– por outro lado, como a gente fala que é um conceito tão antigo, o movimento feminista é um lugar em que já se pensa nas figuras, nas pessoas, tem uma discussão. A gente não está ali, nessa discussão do feminismo, então [...]” (Cardoso, 2012).

Desde o olhar externo, pode-se compreender o debate em questão como uma arena política onde se refletem as aflições existentes entre mulheres brancas e negras, tensionadas pelas persistentes disparidades de poder que, até então, não foram devidamente abordadas. A crítica à branquitude emerge nos discursos, delineando-se como uma rejeição ao sujeito que não reconhece sua própria marca racial e mantém sua narrativa como padrão. Observa-se uma omissão por parte das feministas brancas brasileiras em engajar-se no diálogo racial de maneira substancial, o que tem impedido o aprofundamento das relações. No entanto, é possível observar uma discreta mudança nesse cenário.

As reflexões apresentadas sobre as categorias de gênero e raça são permeadas pela compreensão de que todo conceito carrega consigo múltiplas temporalidades e seus significados podem evoluir ao longo do tempo. As categorias têm uma “vida” própria, sujeita a transformações à medida que as mulheres se movem em suas diferenças (Koselleck, 2006).

A necessidade de uma prática verdadeiramente interseccional surge como uma solução crucial para superar o silêncio. Isso implica considerar as interconexões entre raças, gêneros e outras identidades, e garantir que as estratégias de combate à violência sejam inclusivas e sensíveis às diversas experiências.

Hoje, o Feminismo Negro continua sendo uma força vital na luta por justiça social e igualdade. As mulheres negras continuam a liderar movimentos em todo o mundo, defendendo os direitos das mulheres, dos negros e de todas as pessoas marginalizadas. Um de seus aspectos cruciais, na atualidade, é uma busca por representatividade nas mídias e nas esferas de poder. As mulheres negras estão desafiando estereótipos específicos e trabalhando para criar narrativas mais inclusivas.

O Feminismo Negro é uma parte essencial do movimento feminista mais amplo e é fundamental para a construção de um futuro mais justo e igualitário para todas as pessoas. Não à toa, continua a se mobilizar e a se organizar em torno de uma ampla gama de questões e demandas. Isso inclui a defesa dos direitos reprodutivos, o combate à violência de gênero, a promoção da representação e liderança das mulheres negras em todos os setores da sociedade e a luta pela justiça e igualdade em todas as esferas da vida.

#### **4.2 Gênero, raça e classe: interseccionalidade**

Na resposta a desrespeitos e violações à dignidade humana, indivíduos ou grupos frequentemente se unem em movimentos de luta social, cujos objetivos transcendem as intenções individuais, tornando-se a base de um movimento coletivo (Honneth, 2003). Nesse contexto, o Feminismo Negro emerge como um movimento no qual as aspirações individuais convergem em interesses coletivos, representando as demandas e os desafios enfrentados pelas mulheres negras.

Embora não seja uma categoria homogênea, o Feminismo Negro unifica-se em torno das experiências compartilhadas de discriminação racial e de gênero, bem como das injustiças econômicas e culturais a elas associadas. No Brasil, essas injustiças, permeadas pela interseccionalidade das opressões de gênero e raça, manifestam-se de maneira multifacetada, violando direitos fundamentais em esferas civil, política, social, econômica e cultural (Almeida, 2016).

Ao explorar o Feminismo Negro no contexto brasileiro, é essencial considerar a formação sócio-histórica do país e a construção do conceito de raça. No Brasil, a categoria racial nunca foi empregada para mobilizar uma identidade social entre a população negra; ao contrário, foi utilizada na tentativa de promover uma suposta igualdade entre brancos e negros, fundamentada na ideia da democracia racial. Essa noção tem suas raízes na política de branqueamento adotada pelo Estado brasileiro após a abolição da escravidão, em 1888 (Guimarães, 2008).

O racismo brasileiro é um reflexo da construção social da “raça”, um conceito utilizado para justificar a dominação de classe sobre aqueles que não são brancos, europeus, colonizadores ou detentores do poder. Portanto, a “raça” tem sido, e continua sendo, instrumento de opressão e exploração. Nessa perspectiva, o racismo não pode ser compreendido isoladamente, mas em relação aos processos e estruturas econômicas e políticas subjacentes às relações sociais (Martins, 2014).

O racismo estrutural permeia as diversas facetas da construção social da identidade feminina em uma sociedade marcada pelo legado do colonialismo. Para as mulheres negras, os estereótipos já mencionados representavam as únicas perspectivas disponíveis para suas vidas. No contexto do movimento feminista brasileiro, enquanto o feminismo liberal ganhava destaque, surgiam também movimentos de mulheres operárias, unidas na luta contra a opressão sexista perpetrada pelos patrões. Esses movimentos alinhavam as discussões feministas com questões de exploração da força de trabalho e dominação sexual. Esse panorama foi ainda mais aprofundado durante o período de reabertura política e democratização que marcou as décadas após 1980.

No livro *O que é Racismo Estrutural*, o escritor e atual Ministro dos Direitos Humanos e Cidadania do Brasil, Sílvio Almeida (2018) aborda o conceito de racismo estrutural, descrevendo as formas sutis de discriminação e de desigualdade racial presentes na sociedade. O autor afirma que o racismo estrutural se manifesta em diferentes áreas da vida social, dando ênfase ao sistema de justiça criminal. De acordo com o autor, as instituições do sistema de justiça criminal brasileiro refletem: “[...] conflitos, antagonismos e contradições que não são eliminados, mas absorvidos, mantidos sob controle por meios institucionais” (Almeida, 2018, p. 30). Desse modo, a população branca é sempre favorecida, ocupando o lugar de verdadeira cidadã.

O racismo estrutural vai além do racismo individual, que se manifesta principalmente por meio de preconceitos e discriminações pessoais. Ele afeta

diretamente a vida das pessoas negras. Essa forma de preconceito pode ser reconhecida principalmente, na área da segurança pública, na repressão penal contra as pessoas negras e no tratamento dispensado as vítimas de crimes de racismo e injúria racial, neste caso, demonstrando a irrelevância do delito para o Estado, minimizando a importância do sofrimento e culpabilizando a vítima.

Nesse contexto, é possível perceber que o feminismo de classe também considera a interseção entre raça, classe e gênero na luta por igualdade. O feminismo de classe é uma corrente teórica que embasava as ações políticas dos movimentos de mulheres, passou a atrair acadêmicas feministas que incorporavam as demandas políticas e sociais das mulheres organizadas em suas pesquisas teóricas. Temas como violência doméstica e familiar contra a mulher e a desigualdade de gênero no mercado de trabalho tornaram-se focos de análise dessas pesquisadoras (Santos, 2019).

Uma questão de grande relevância abordada pelo Feminismo Negro dentro de suas organizações foi a necessidade de tornar a agenda feminista acessível e relevante para as mulheres negras. Isso se deve, em parte, às conquistas alcançadas pelos movimentos feministas no que diz respeito à participação no mercado de trabalho, que engloba aspectos como profissionalização, condições salariais e tipos de empregos disponíveis. Análises realizadas por pesquisadoras feministas destacam a importância da abordagem interseccional, considerando gênero, classe e raça conjuntamente. Ao examinar as taxas de emprego, é evidente que a população negra está mais concentrada em setores de menor prestígio social, como serviços domésticos, construção civil, indústria têxtil e serviços de limpeza (Martins, 2012).

As disparidades étnico-raciais permeiam diferentes esferas da sociedade, inclusive no âmbito do trabalho. Enquanto os dados mencionados anteriormente evidenciam desigualdades na inserção dos negros em empregos formais, a análise das estatísticas de desemprego revela um padrão ainda mais marcante de preconceito racial. De acordo com Martins (2012), em 1995, os pretos e pardos representavam 48,6% do total de desempregados, dos quais 25,3% eram homens, e 23,3% eram mulheres. Em 2006, esse percentual aumentou para 54,1%, com 23,9% de homens e 30,8% de mulheres pretas e pardas.

Conforme aponta Hirata (2014), a abordagem da interseccionalidade surgiu em um contexto de interdisciplinaridade, concentrando-se principalmente nos marcadores sociais de raça e gênero, com uma abordagem marginal das questões

relacionadas à classe e à sexualidade. Em outras palavras, a interseccionalidade propõe considerar as múltiplas fontes de identidade, embora não busque apresentar uma nova teoria globalizante de identidades.

Para iniciar a reflexão sobre a importância de uma abordagem interseccional das variáveis gênero, raça e classe, Davis (1981) conduz uma análise da história do povo negro, do movimento feminista e do comunismo. Essa abordagem sintetiza elementos que nos permitem compreender a inseparabilidade desses fatores ao considerar questões de opressão e ativismo.

Ao contrário de adotar uma neutralidade epistemológica potencialmente perigosa, a autora integra o ativismo ao pensamento acadêmico, buscando revelar a natureza escravocrata de um sistema social fundamentado na exploração, cujas bases são raça, classe e gênero. Davis (1981) se distancia de certos teóricos clássicos ao reconhecer os riscos de uma visão simplista sobre temas complexos que permeiam a sociedade. Por meio de uma perspectiva histórica, ela procura dissipar os equívocos gerados por abordagens unilaterais, frequentemente marcadas por dualismos e soluções simplistas.

Não é viável conceber liberdade se a maioria das mulheres não se sente representada pelo movimento feminista. Essa preocupação, central no livro *Feminismo para os 99%: um manifesto*, escrito por Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), ecoa diretamente as ideias da autora, especialmente no que se refere ao eixo estrutural que permeia a obra. A obra ressalta que, apesar da urgência em fortalecer os movimentos feministas globalmente, não se trata de qualquer tipo de feminismo, pois existem diversas correntes.

Reconhecendo que algumas dessas correntes excluem determinados grupos de mulheres, as autoras evidenciam os aspectos individualistas presentes em algumas das correntes feministas mais difundidas. Alguns desses movimentos concentram-se apenas nas demandas de uma parcela muito restrita da população: mulheres brancas, cisgênero, heterossexuais e de classe média. Se o feminismo para o 1% se direciona apenas para essa minoria, negligenciando outras questões sociais e deixando desamparadas aquelas que deveriam ser priorizadas, é urgente um feminismo para os 99% restantes.

Nesse entendimento, o feminismo deve abarcar a maioria das mulheres, reconhecendo suas diversas identidades étnicas, de classe, orientações sexuais, entre outras. Assim, o movimento feminista deve ser capaz de atender às

necessidades de cada grupo específico, demonstrando sensibilidade e atenção às suas particularidades. As autoras de ambas as obras reconhecem que, se o feminismo não engloba a maioria das mulheres, não pode ser considerado um movimento em prol da liberdade (Ribas; Moreira, 2020).

Davis (1981) rejeita a hierarquização das opressões de classe, gênero e raça, compreendendo que essas opressões estão intrinsecamente interligadas, sustentando um projeto hegemônico de dominação. No entanto, ela reconhece a importância da questão racial como uma pauta central para dismantlar essa lógica supremacista, tanto no âmbito de gênero quanto de classe. Não se trata de um fator acima do outro, mas de um dentro do outro. Para ilustrar essa interconexão, logo no primeiro capítulo de *Mulheres, Raça e Classe*, Davis (1981, p. 41) reexamina o legado da escravidão, evidenciando “[...] um legado que explicita parâmetros para uma nova condição de mulher”.

Através dessa ótica, Davis (1981) analisa a construção da mulher negra escravizada, cuja identidade de gênero foi moldada de acordo com a conveniência dos senhores de escravos e, posteriormente, das demandas do mercado de trabalho pós-abolição. Essa flexibilidade na discriminação muitas vezes aproximava as mulheres negras dos homens de sua própria raça, ao mesmo tempo em que as distanciava de suas semelhantes brancas.

Desde os anos 1970, feministas socialistas e marxistas têm enfatizado a necessidade de considerar as particularidades das posições de homens e mulheres na sociedade capitalista, mesmo enquanto criticam o capitalismo e destacam a importância da classe social. Elas argumentam que simplesmente focar na classe social pode obscurecer a importância das diferenças de gênero na sociedade (Biroli; Miguel, 2014).

Ainda nesse sentido, mesmo que muitos marxistas e socialistas clássicos verbalizem a igualdade entre os sexos, na prática, muitas vezes isso resulta na naturalização da exploração das mulheres. Essas abordagens têm proporcionado análises significativas das interseções entre capitalismo e dominação de gênero (ou patriarcado, como algumas autoras preferem). Elas frisam a forma desigual pela qual as mulheres são incluídas nas relações de trabalho no capitalismo, além de iluminar as dinâmicas da vida doméstica e as conexões entre as diferentes formas de exploração do trabalho das mulheres, tanto dentro quanto fora de casa.

### 4.3 A contribuição de Maria Firmina dos Reis e de Conceição Evaristo para o Feminismo Negro

#### 4.3.1 Maria Firmina dos Reis

Maria Firmina dos Reis foi uma escritora negra considerada a primeira romancista brasileira. Nasceu em São Luís, Maranhão, em 11 de março de 1822. Além de escritora, foi professora, musicista e a criadora da primeira escola mista do Brasil. Seu livro mais conhecido é *Úrsula*, primeiro romance abolicionista do Brasil, de 1859. Outra obra relevante escrita pela autora foi o conto *A Escrava*. Neste conto, a autora assume uma postura crítica ao descrever o sofrimento ao qual os negros escravizados eram submetidos.

O conto foi publicado na *Revista Maranhense*, v. 1, n. 3, 1887, às vésperas da abolição da escravatura, ocorrida em 1888. A trama conta a história de uma jovem por nome Joana, filha de um pai indígena e uma mãe negra escravizada. O pai dela, com muito esforço, compra a liberdade da filha, mas, logo pós a morte dele, a menina Joana volta a ser escravizada. Nesse momento, a mãe dela percebe que ela e o marido, sob o jugo do analfabetismo, foram enganados quando deram crédito à palavra do Senhor Tavares (senhor de engenho e escravocrata): o papel escrito, representando a alforria de Joana, na verdade, não possuía valor legal algum.

Segue o enredo, tendo a escravizada Joana sustentando o discurso do sujeito colonizado, ou seja, o discurso dos oprimidos, dos negros capturados e trazidos contra a própria vontade, do continente africano, onde eram livres, para o Brasil, onde passaram a escravizados. Joana é a protagonista, não o sujeito secundário na história.

Maria Firmina dos Reis foi umas das primeiras mulheres a ser aprovada em um concurso público na província de Guimarães para o cargo de professora primária; foi pioneira na fundação de uma escola mista, onde meninas e meninos podiam estudar juntos. Além disso, escreveu o hino de libertação dos escravos no Maranhão.

Quando Maria Firmina dos Reis surgiu no mundo literário brasileiro, eram raras as mulheres escritoras, e mais raras ainda aquelas que apresentavam um posicionamento político acerca dos problemas estruturais como a escravidão e o sexismo. Cabe esclarecer que alguns fatores contribuíram para o desenvolvimento da escrita entre as mulheres oitocentistas, como a chegada da família real e corte ao Rio

de Janeiro (1808) e a evolução do consumo de bens culturais, bem como a implementação de leis sobre a educação destinada às mulheres.

Os novos hábitos apresentados pela corte de Dom João VI desencadearam um aumento na produção de espetáculos, ampliaram-se as peças teatrais, as óperas, a entrada de livros, etc. Mas data do Império a primeira legislação sobre a educação feminina; em 1827, é outorgada a Lei das Escolas de Primeiras Letras, “cuja tentativa de implantação em âmbito nacional se transferiu do governo central para os governos das províncias em 1834” (Saviani *et al.*, 2006, p. 11). Antes disso, a escolarização era promovida prioritariamente em conventos, e, por raras vezes, ofertada em escolas particulares ou nas casas das professoras.

A identificação do período histórico em que Maria Firmina dos Reis está inserida é essencial para a compreensão de sua obra. Vivendo em uma sociedade sustentada pela diferenciação, fundamentada no sistema patriarcal, segmentado entre brancos e negros, homens e mulheres, pobres e ricos. Maria Firmina dos Reis integrava uma parcela da população brasileira que estava à margem das decisões políticas de sua época, assim como outras mulheres subordinadas aos pais, maridos e senhores.

O livro *A Formação da Literatura Brasileira*, de Antônio Cândido, publicado em 2007, ressalta a importância da literatura como um reflexo da sociedade e das condições de vida de seus escritores e personagens. A literatura é uma expressão artística, um instrumento de crítica social e de conscientização.

A relação entre a arte literária e as questões sociais é uma interação recíproca. Assim, é incumbência dos profissionais desmistificar a ideia de que o contato com a literatura se resume a uma compreensão subjetiva e distante da obra. De acordo com os estudos da Crítica e Teoria Literárias, aspectos linguísticos e elementos das relações humanas presentes na produção literária podem ser interpretados sob uma ótica sociocultural, refletindo realidades e perspectivas específicas.

No período em que Maria Firmina dos Reis viveu e produziu, competia à mulher os seus afazeres domésticos, as prendas materiais e espirituais, visando tornar a vida dos homens satisfatória e confortável. Com efeito, Maria Firmina dos Reis rompe com o silenciamento imposto às vozes femininas no contexto escravocrata e com as concepções sobre o papel da mulher maranhense na sociedade da época.



Apesar de sua importância na literatura brasileira, suas obras ficaram esquecidas por muitos anos, e apenas recentemente ela tem recebido o reconhecimento merecido, sendo considerada, atualmente, como uma das pioneiras da literatura afro-brasileira. Maria Firmina dos Reis, assim como tantas escritoras do século XIX, passou muito tempo no ostracismo tendo sido “resgatada” por José Nascimento Morais Filho, que a teria descoberto por acaso, em 1973, quando procurava, entre os jornais do século XIX, na Biblioteca Pública Benedito Leite, textos natalinos de autores maranhenses (Mendes, 2006). José Nascimento Morais Filho demonstrou perplexidade e curiosidade em saber quem era aquela mulher que, no século passado, já escrevia em jornais e o motivo de ainda não ser conhecida pelos intelectuais daquele período.

A pesquisadora Luiza Lobo (1989) desataca a relevância de Maria Firmina dos Reis e faz uma observação significativa para a compreensão das obras firminianas ao constatar que a literatura negra, no Brasil, ocorre no momento em que o negro se torna não mais objeto mas sujeito do fazer literário. Pode-se afirmar que Maria Firmina dos Reis ocupa um lugar central, de pioneira, nessa tradição literária.

Um dos aspectos primordiais que a meu ver define a literatura negra, muito embora não seja um elemento norteador, em geral, dos estudos sobre o assunto, é o fato de a literatura negra do Brasil – ou afro-brasileira – ter surgido quando o negro passa de objeto a sujeito dessa literatura e cria sua própria história; quando o negro, geralmente visto de forma estereotipada, deixa de ser tema para autores brancos e passa a criar sua própria escritura, no sentido de Derrida: a sua própria visão de mundo (Lobo, 1989, p. 91).

Tendo por base, a explanação da investigadora, é possível considerar que, embora a literatura negra seja um termo utilizado para descrever obras literárias produzidas por escritores negros, a noção é mais abrangente e associa-se, portanto, não apenas à condição racial de seu autor, mas a de seu posicionamento político tal como ele emerge no interior da própria obra. Esse tipo de literatura visa abordar e dar voz às vivências, lutas, conquistas, desafios e perspectivas dos afrodescendentes, buscando representar e valorizar a diversidade.

Maria Firmina dos Reis, uma precursora do Feminismo Negro na literatura brasileira, deixou um legado significativo através de seus contos que exploram as complexidades da condição da mulher negra. Em suas narrativas, ela transcende as limitações de sua época, destacando as opressões interseccionais que as mulheres negras enfrentavam no século XIX.

Nos contos de Maria Firmina dos Reis, a protagonista muitas vezes emerge como uma figura resiliente e consciente de sua identidade racial e de gênero. A autora desafia estereótipos ao apresentar personagens femininas que buscam a emancipação não apenas do jugo masculino, mas também da opressão racial. Essas mulheres protagonistas tornam-se agentes de mudança, questionando as normas sociais vigentes.

Ao abordar temas como escravidão, racismo e machismo, os contos de Maria Firmina dos Reis oferecem uma visão penetrante das injustiças sofridas pelas mulheres negras. Ela destaca as interseções entre gênero e raça, mostrando como essas mulheres enfrentam obstáculos únicos e muitas vezes invisíveis, mesmo dentro dos movimentos abolicionistas e feministas.

A escrita de Maria Firmina dos Reis é permeada por uma consciência histórica profunda, incorporando elementos de sua própria experiência como mulher negra em uma sociedade escravista. Seus contos desafiam as canções literárias de sua época, subvertendo narrativas dominantes e dando voz às mulheres negras marginalizadas.

A temática do cabelo, por exemplo, é frequentemente explorada nos contos de Maria Firmina dos Reis. Ela confronta as ideias eurocêntricas de beleza, ressaltando a importância de aceitar e celebrar a beleza natural dos cabelos afro. Essa abordagem destaca não apenas a resistência física, mas também a resistência cultural das mulheres negras.

A questão da maternidade é tema recorrente nos contos de Maria Firmina dos Reis. Ela abordou as dificuldades enfrentadas pelas mães negras, desde a separação forçada de seus filhos até a luta constante para protegê-los em um ambiente hostil. A escritora destaca as mães negras como heroínas silenciosas, que enfrentam desafios extraordinários com determinação inabalável.

No conto de Firmina, a maternidade é retratada em um contexto de extrema opressão. A personagem negra, escravizada, tem sua condição de mãe violentamente desrespeitada e desumanizada. A separação forçada de mães e filhos era uma prática comum durante a escravidão, utilizada como ferramenta de controle. Firmina destaca essa realidade ao mostrar a dor e o sofrimento de uma mãe ao ser separada de seu filho, enfatizando a brutalidade do sistema escravista que desconsiderava completamente os laços familiares dos escravizados. A maternidade, nesse contexto, também é uma forma de resistência, pois mesmo sob opressão, o amor maternal

persiste como um símbolo de humanidade e dignidade, desafiando a lógica desumanizadora da escravidão.

A religiosidade afro-brasileira também é explorada por Maria Firmina dos Reis, que apresenta personagens que buscam nas tradições africanas uma fonte de força e resistência espiritual. Essa abordagem destaca a riqueza cultural das mulheres negras, que, inúmeras vezes, é ignorada ou marginalizada pela sociedade dominante.

Ao longo dos contos, Maria Firmina dos Reis enfrenta diretamente o patriarcado, desafiando as estruturas de poder que perpetuam a opressão das mulheres. Ela questionou as normas sociais que limitam o papel da mulher na esfera doméstica, reivindicando a autonomia e a representação das personagens femininas.

A autora também critica o esforço de assimilação das mulheres negras às normas brancas, destacando a importância de preservar e valorizar a cultura afro-brasileira. Seus contos celebram a diversidade e a resistência das mulheres negras, recusando-se a conformar-se às expectativas impostas pela sociedade.

Maria Firmina dos Reis, ao apresentar personagens femininas complexas e multifacetadas, proporciona uma visão rica e matizada da experiência da mulher negra no Brasil do século XIX. Seus contos são uma contribuição valiosa para o movimento feminista negro, oferecendo uma narrativa alternativa que desafia as narrativas hegemônicas e destaca a importância da interseccionalidade na luta por igualdade e justiça.

A partir de Maria Firmina dos Reis, outras vozes ecoaram no contexto das insurgências utilizando o espaço literário. No século XXI, podemos pontuar Ana Maria Gonçalves, Lia Vieira, Miriam Alves, dentre outras. A escolha pelas duas autoras permite traçar uma linha de continuidade histórica do Feminismo Negro brasileiro, oferecendo uma rica oportunidade para explorar a evolução do pensamento feminista negro no Brasil, evidenciando como as questões de raça e gênero foram e continuam sendo centrais em diferentes períodos.

#### 4.3.2 Conceição Evaristo

Maria da Conceição Evaristo de Brito é uma notável professora e escritora brasileira contemporânea. Nasceu em 29 de novembro de 1946, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Trabalhou como empregada doméstica enquanto cursava os estudos secundários, aspirando à carreira de professora. Após vencer muitos desafios, tornou-

se professora e autora de romances, poemas e contos e uma voz essencial na literatura contemporânea ao abordar questões de raça, gênero e classe em suas narrativas.

Conceição Evaristo estreou na literatura, em 1990, com a publicação de poemas e contos na série *Cadernos Negros*, n. 13, do Grupo Quilombhoje (2003), de São Paulo. Mestra em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em 1996, com a defesa do tema *Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*. Em 2011, doutorou-se em Literatura Comparada, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com a defesa da tese *Poemas Malungos: cânticos irmãos*.

Conceição Evaristo recebeu diversos prêmios em reconhecimento à sua escrita, tais como o Jabuti e o Juca Pato, dentre outros. Em 08 março deste ano de 2024 se tornou a primeira mulher negra a tomar posse na Academia Mineira de Letras. Além de sua produção literária, ela também é conhecida por seu engajamento na militância em prol dos direitos das mulheres negras e pela valorização da cultura afro-brasileira. Em seus escritos, a autora aborda especialmente a condição feminina, a partir do conceito, por ela formulado, de *escrevivência*, isto é, a escrita das vivências de um corpo feminino negro no contexto pós-colonial do Brasil. Para Conceição Evaristo (2010, p. 136), “o sujeito da literatura negra tem a sua existência marcada por sua relação e por sua cumplicidade com outros sujeitos. Temos um sujeito que, ao falar de si, fala dos outros e, ao falar dos outros, fala de si”.

A autora traz, em seus contos, uma perspectiva única e vital sobre o feminismo negro, explorando as múltiplas dimensões das experiências das mulheres negras no Brasil. Nos contos de Conceição Evaristo, o Feminismo Negro está intrinsecamente entrelaçado com a vivência cotidiana das mulheres negras. A autora retrata, de maneira visceral, as lutas e os triunfos dessas mulheres, oferecendo uma visão autêntica e complexa de suas vidas. Ao mesmo tempo, desafia estereótipos e promove uma compreensão mais profunda das realidades enfrentadas por elas.

A ancestralidade é um tema recorrente nos contos de Evaristo. A autora mergulha nas raízes africanas, resgatando mitos, tradições e rituais que conectam as mulheres negras à sua herança. O feminismo negro, em seus contos, confirma a importância da memória coletiva na construção da identidade e fortalecimento das mulheres negras.

A condição da mulher negra na sociedade brasileira é abordada com sensibilidade e urgência nos contos de Conceição Evaristo. A escritora denuncia as diversas formas de discriminação, violência e exclusão enfrentadas por essas mulheres, ao mesmo tempo em que destaca sua resiliência e capacidade de resistência. Seus contos são um chamado à reflexão e à ação em busca de justiça social e igualdade.

A sexualidade das mulheres negras é explorada de maneira franca e desafiadora nos contos de Evaristo. A autora quebra tabus ao apresentar personagens femininas que reivindicam sua autonomia e expressam suas identidades sexuais sem vergonha ou constrangimento. O feminismo negro em seus contos celebra a diversidade das experiências sexuais das mulheres negras, desafiando normas opressivas.

A maternidade é outro tema explorado com maestria por Conceição Evaristo. A autora destaca as alegrias, desafios e complexidades da maternidade na vida das mulheres negras. Seus contos revelam as mães negras como figuras centrais na transmissão de valores, resistência e amor, desafiando estereótipos que as marginalizam. Em *Maria*, Conceição Evaristo aborda a maternidade em um contexto pós-abolicionista, onde as marcas da escravidão ainda afetam profundamente as vidas das mulheres negras. No conto, a maternidade é marcada pela luta e pela sobrevivência. A figura materna é central, tanto como memória de uma presença que oferece força quanto como realidade presente, na qual a personagem luta para cuidar e proteger sua família em meio à pobreza e à exclusão social. A maternidade é apresentada como um ato de resistência cotidiana. Maria enfrenta as adversidades impostas por uma sociedade racista e desigual, e a sua relação com os filhos reflete tanto o peso dessas dificuldades quanto a força que encontra para seguir em frente.

O pensamento feminista negro norte-americano, conforme articulado por Patrícia Hill Collins (2019), descreve temas que refletem as preocupações e experiências específicas das mulheres negras. Estes incluem questões como trabalho, família, maternidade e ativismo político. Collins argumenta que o Feminismo Negro não apenas reconhece as interseccionalidades das opressões enfrentadas pelas mulheres negras, mas também enfatiza a importância de entender essas experiências em seu contexto histórico e social. Conceitos que podemos ver tematizados nos contos *A Escrava*, e *Maria*, aqui analisados.

Essa mencionada ação desafia as narrativas dominantes que tendem a marginalizar ou ignorar as vozes e as lutas das mulheres negras, destacando a necessidade de uma análise crítica e inclusiva das questões de gênero, raça e classe. Ao reconhecer e valorizar as perspectivas únicas das mulheres negras, o pensamento feminista negro contribui para uma compreensão mais completa das dinâmicas de poder e das lutas por justiça social (Collins, 2019).

Neste sentido, a autora critica as estruturas de poder que marginalizam e oprimem as mulheres negras, destacando a interseccionalidade entre raça, gênero e classe social como fundamental para compreender suas vidas. Collins argumenta que o Feminismo Negro não apenas desafia as normas dominantes, mas também oferece uma análise crítica das formas pelas quais as mulheres negras resistem e transformam suas realidades, promovendo assim uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

A interseccionalidade é uma característica marcante nos contos de Evaristo. Ela registra que as mulheres negras não vivenciam sua negritude de maneira isolada, mas em conjunto com outras identidades, como classe social e orientação sexual. Em seus contos, o Feminismo Negro é inclusivo e busca ampliar a compreensão da diversidade de experiências vividas pelas mulheres negras.

A questão da representatividade é abordada de forma contundente nos contos de Conceição Evaristo. A autora destaca a importância de ver as mulheres negras representadas na literatura e em outras formas de mídia, desafiando a invisibilidade a que foram historicamente relegadas. Seus contos são uma contribuição significativa para a construção de narrativas mais inclusivas e representativas.

A violência racial e o genocídio da população negra são alguns exemplos de temas urgentes presentes nos contos de Conceição Evaristo. A autora denuncia os padrões sistemáticos de violência que afetam especialmente as mulheres negras, destacando a necessidade de resistência e mobilização para combater o racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

Além dos temas já mencionados, Conceição Evaristo aborda de maneira crítica outros temas relevantes como trabalho, exploração econômica e desigualdade social em suas obras literárias. Em *Olhos d'Água* (2016), que inclui o conto *Maria* analisado neste estudo, Evaristo mergulha nas experiências de mulheres negras, explorando suas vidas e desafios. Em *Ponciá Vicêncio* (2003), ela apresenta a história

de Ponciá Vicêncio, uma mulher negra que enfrenta diversas formas de exploração e marginalização. *Becos da Memória* (2006) é uma coletânea de contos que retrata a vida em uma favela, onde o trabalho é uma luta constante pela sobrevivência. Já em *Poemas da Recordação e Outros Movimentos* (2008), Evaristo utiliza a poesia para explorar a memória afro-brasileira, o cotidiano das mulheres negras e questões de identidade e resistência.

Por meio de seus escritos, a autora revela as complexidades das experiências vividas por mulheres negras no Brasil, destacando a sua contribuição para a construção da sociedade. O Feminismo Negro em seus textos exige uma justiça econômica que reconheça e valorize o trabalho das mulheres negras.

A construção da identidade negra é sempre um tema central nos contos de Evaristo. Ela explora a complexidade dessa construção, destacando as nuances da negritude e a diversidade de experiências dentro da comunidade negra. O Feminismo Negro em seus contos busca desconstruir estereótipos e promover uma compreensão mais rica e autêntica das identidades das mulheres negras.

A interface entre Literatura e Sociedade é um campo rico de análise que suscita questões fundamentais sobre a natureza da representação artística e sua relação com a realidade. A singularidade do objeto literário se manifesta justamente na sua capacidade de transcender a mera descrição factual dos eventos sociais, oferecendo uma interpretação subjetiva e muitas vezes distorcida da realidade. A obra literária busca replicar os acontecimentos históricos, reinterpretá-los e reimaginá-los através da lente única do autor e das condições culturais e históricas em que foi produzida (Paula; Sperber, 2011).

Essa perspectiva ressalta que a literatura é um reflexo passivo da sociedade, produto cultural ativo que molda e é moldado pelas dinâmicas sociais e ideológicas de sua época. Ao explorar temas como identidade, poder, gênero, raça e classe, a literatura pode servir como um espaço de reflexão crítica sobre as estruturas de poder e as hierarquias sociais que permeiam a vida cotidiana. Ao mesmo tempo, a obra literária pode desafiar as narrativas dominantes e oferecer novas perspectivas sobre questões complexas e diversificadas (Candido, 2006).

Podemos afirmar, portanto, que a literatura transcende a mera descrição de eventos sociais, oferecendo interpretações subjetivas, possibilitando novas perspectivas. Isso torna a literatura essencial para a reflexão crítica sobre questões como identidade, poder, gênero, raça e classe. A partir da análise de obras de autores

como Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo, podemos ver como a literatura pode servir como um meio poderoso para desafiar normas sociais e dar voz a grupos historicamente silenciados, contribuindo para uma compreensão mais rica e complexa da realidade social.

Em relação ao pensamento feminista negro, Collins (2019) discute a importância da autoavaliação e autodefinição como elementos fundamentais na construção da identidade negra. Para Collins, a autoavaliação envolve a reflexão crítica sobre as próprias experiências e a compreensão das interseccionalidades entre raça, gênero e classe social. Permitindo que as mulheres negras reconheçam e afirmem sua própria dignidade e valor dentro de uma sociedade que muitas vezes as desvaloriza e marginaliza.

A autodefinição refere-se à capacidade das mulheres negras de definir-se e narrar suas próprias histórias, em oposição aos estereótipos impostos pela sociedade dominante. Ao assumirem o controle de suas narrativas e representações, as mulheres negras podem resistir à opressão e reivindicar sua autonomia e agência.

Nos contos de Evaristo, esses conceitos ganham vida por meio da exploração da complexidade da identidade negra e da diversidade de experiências dentro da comunidade negra. Evaristo busca desconstruir estereótipos e promover uma compreensão mais autêntica das identidades das mulheres negras, oferecendo narrativas que valorizam a individualidade, a resiliência e a diversidade dentro da experiência negra. Ao fazer isso, há o fortalecimento da autoavaliação e autodefinição das mulheres negras, empoderando-as a recontar suas próprias histórias e a redefinir sua própria identidade.

A linguagem utilizada por Conceição Evaristo em seus contos também é uma expressão do Feminismo Negro. A autora incorpora elementos linguísticos da cultura afro-brasileira, valorizando as diversas formas de expressão das mulheres negras. Seu uso consciente da linguagem contribui para uma narrativa mais inclusiva e respeitosa da diversidade linguística e cultural.

De igual modo, a religiosidade afro-brasileira é explorada, de maneira rica, nos contos de Conceição Evaristo. A autora destaca a importância das práticas religiosas tradicionais como fontes de resistência e fortalecimento espiritual para as mulheres negras. O Feminismo Negro em seus contos confirma a espiritualidade como um aspecto fundamental na construção da identidade e na resistência às opressões.



Por conseguinte, a representação de personagens femininas em posições de liderança e protagonismo é uma marca nos contos de Conceição Evaristo. A escritora desafia estereótipos ao apresentar mulheres negras como agentes ativas, em suas próprias vidas, ocupando espaços de influência e poder. O Feminismo Negro, em seus contos, busca inspirar e empoderar as mulheres negras a ocupar todos os espaços que desejam. Suas narrativas não apenas desafiam concepções, mas também celebram a força e a resiliência das mulheres afrodescendentes.

Nas obras de Conceição Evaristo, as personagens femininas ocupam um espaço central, apresentando uma riqueza de nuances em suas histórias e experiências. A autora destaca as complexidades da vida das mulheres negras, abordando questões como racismo, sexismo, violência, resiliência e identidade.

Porém, a representatividade nas obras de Conceição Evaristo não se limita apenas à representação de personagens femininas, mas também se estende à abordagem de temas que afetam diretamente as mulheres. A escritora lança luz sobre as experiências únicas das mulheres negras no Brasil, destacando suas lutas cotidianas, triunfos e a necessidade de reconhecimento e justiça.

Conforme já mencionado, a sexualidade, a maternidade, as relações familiares e as trajetórias educacionais são alguns dos temas que Conceição Evaristo explora, em suas obras, oferecendo uma perspectiva rica e multifacetada da experiência feminina. Ao fazer isso, ela desafia as normas sociais relevantes e contribui para a construção de uma narrativa literária mais inclusiva e representativa.

Além disso, a autora mencionada também aborda a diáspora africana e a herança cultural nas vidas das mulheres negras brasileiras, conectando-as às suas raízes e ressignificando a história de seus antepassados. Esse engajamento com a ancestralidade acrescenta uma camada adicional à representatividade feminina, enriquecendo as narrativas e proporcionando uma compreensão mais profunda da identidade e da experiência das mulheres negras.

A obra de Conceição Evaristo, ao destacar a diversidade de vozes e experiências femininas, contribui significativamente para o movimento literário que busca uma representação mais autêntica e inclusiva das mulheres na literatura brasileira. Sua escrita poderosa e inovadora não apenas desafia as normas literárias tradicionais, mas também promove uma mudança cultural ao considerar e afirmar a importância da representatividade feminina, especialmente das mulheres negras, na construção da identidade brasileira.

A partir do século XIX, a questão da mulher começou a ganhar destaque no cenário literário, com avanços relativos percebidos no século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI. Nesse período, as mulheres se tornaram um dos temas mais discutidos, especialmente dentro dos estudos literários, um fenômeno impulsionado pelo aumento significativo de escritoras mulheres e pela crescente atenção aos estudos de seus textos. No entanto, dentro desse contexto, questiona-se a inserção da mulher negra no mundo literário. É nesse prosseguir que se busca explorar os contos presentes no livro *Olhos D'água*, de Conceição Evaristo, que oferecem uma representação da mulher negra como uma voz que reivindica e ocupa seu espaço de expressão.

A narrativa de Conceição Evaristo lança luz sobre a condição feminina subalterna, imersa em uma tessitura única, marcada pelo apagamento histórico dos marginalizados e pela conquista do direito à expressão em sua jornada emancipatória. Em sua abordagem poética e inovadora, a autora mergulha no universo das empregadas domésticas, amantes e esposas, explorando suas relações complexas com o trabalho, os parceiros, a sexualidade e as inquietações em torno da maternidade (Araújo, 2020).

O foco recai sobre figuras femininas, concedendo-lhes voz e narrando sua busca pela emancipação, antes relegadas ao papel de objetos. Por meio de cenas impactantes, Conceição Evaristo denuncia a violência histórica e cultural enfrentada por essas mulheres. As personagens de *Olhos D'água* afirmam sua subjetividade, amadurecendo na luta pela afirmação de sua identidade em meio à exclusão social imposta pelo racismo e sexismo. Superando os valores patriarcais, elas transcendem suas angústias e se deslocam da margem para o centro de sua própria existência, assumindo-se como sujeitos plenos. A escrita da autora não as encapsula na culpa pela marginalidade, mas as liberta dos conflitos, permitindo-lhes emergir para uma nova narrativa de si mesmas.

O conto *Maria*, publicado na obra *Olhos D'água*, pela autora Conceição Evaristo (2016), narra a história de uma empregada doméstica negra que, depois de um dia de trabalho, pega o ônibus para voltar para sua casa e se surpreende ao perceber que seu ex-companheiro é um dos assaltantes daquele coletivo. Por ser reconhecida pelos assaltantes, Maria é a única pessoa a não ser assaltada, o que provoca ira e desconfiança em alguns passageiros que, inconformados, decidem linchá-la.

O conto é uma narrativa rica e complexa que aborda questões profundas sobre a condição das mulheres negras na sociedade brasileira. A história de Maria é um retrato envolvente das complexidades enfrentadas por mulheres marginalizadas, proporcionando uma análise crítica da interseção entre raça, gênero e classe.

A protagonista, Maria, é apresentada como uma mulher negra lutando contra as adversidades de sua realidade social. Seu cotidiano é marcado pela pobreza, discriminação racial e desigualdades de gênero. Evaristo utiliza a personagem de Maria para explorar temas como violência, desigualdade econômica e luta pela sobrevivência em um ambiente hostil.

A história protagonizada por Maria nos faz refletir sobre realidade de muitas Marias que veem a vida se impor tão cruelmente sobre si e sobre os seus. Dessa forma, a escrita de Conceição Evaristo (2016) dialoga com várias mulheres de nosso país, que são oprimidas e violentadas pelo simples fato de serem mulheres, negras e pobres.

Ao longo do conto, Conceição Evaristo incorpora elementos simbólicos, como uma sacola de frutas, que representa não apenas a luta de Maria pela sobrevivência, mas também sua tentativa de proporcionar aos seus filhos uma vida melhor. A sacola, que eventualmente se rompe, simboliza as limitações e barreiras que Maria enfrentará em suas aspirações.

A linguagem utilizada por Evaristo é poética e cheia de simbolismo, criando uma atmosfera que transcende uma narrativa simples e oferece uma leitura mais profunda. A autora também aborda a diáspora africana, conectando Maria às suas raízes culturais e destacando a importância da ancestralidade na identidade do personagem.

Contudo, o conto também é marcado pela tristeza e pela violência. O linchamento brutal de Maria, enquanto ela tentava transmitir uma mensagem de afeto de seu ex-companheiro aos filhos, é um golpe impactante que revela a crueldade da sociedade em relação às mulheres negras. Esse estágio, embora angustiante, ressalta a urgência de abordar questões sociais profundamente enraizadas e a violência sistêmica enfrentada por mulheres negras.

## **5 A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NOS CONTOS *A ESCRAVA*, DE MARIA FIRMINA DOS REIS, E *MARIA*, DE CONCEIÇÃO EVARISTO**

Este tópico discorre sobre a representação da mulher negras nos contos *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis, e *Maria*, de Conceição Evaristo. Maria Firmina dos Reis, como pioneira da literatura afro-brasileira do século XIX, introduz temas de opressão, resistência e dignidade através da história de uma escrava, destacando-se pela voz literária que desafia as normas sociais da época. Por sua vez, Conceição Evaristo, representante do Feminismo Negro contemporâneo, explora questões de identidade, memória e violência racial em suas narrativas, oferecendo uma perspectiva crítica sobre as experiências das mulheres negras.

### **5.1 Conto: breve descrição**

A origem do conto remonta à Antiguidade, onde histórias curtas eram transmitidas oralmente antes de serem registradas por escrito. Nos tempos antigos, o ato de contar histórias acontecia entre famílias e comunidades. Era comum reunir-se ao redor de uma fogueira para compartilhar contos assustadores ou contar histórias nos quartos das crianças antes de dormirem. Em todas essas situações, os contos capturavam a atenção e alimentavam o imaginário dos ouvintes. Essa tradição foi passada de geração em geração e, em muitas sociedades, ainda faz parte dos hábitos culturais.

A primeira forma dos contos foi oral e tempos depois, com a invenção da escrita, surgiram outros tipos de contos. Gotlib (2006) aponta que esse gênero possui raízes no folclore, na cultura popular, nas crenças de diversas civilizações. Em suas transformações, o caráter oral, que fazia com que as histórias fossem passadas de pais para filhos, migrou para o escrito, o que, também, o separa da tradição popular e, na contemporaneidade, integra a forma literária.

A eleição do conto como gênero discursivo para ser analisado neste estudo reside em várias de suas características constitutivas, dentre as quais podemos destacar as seguintes: concisão, enredo simples com um conflito/acontecimento principal, poucas personagens, o tempo e o espaço reduzidos ao essencial, acesso facilitado.

Sendo assim, ao optarmos pela análise do gênero discursivo denominado conto, visto que o referido gênero possibilita a criação de narrativas impactantes e densas, capazes de transmitir mensagens de forma direta e apropriada. O conto permite uma maior experimentação formal e estilística, possibilitando que a exploração de diferentes técnicas narrativas para transmitir visões de mundo. A acessibilidade no conto é representativa, já que esse tem a capacidade de alcançar um público mais amplo. Por serem narrativas mais curtas, os contos podem ser lidos em um único período de tempo, tornando-os ideais para a disseminação de ideias e reflexões sobre questões sociais urgentes, como o racismo feminino (Giordano, 2013).

No livro *Estética da Criação Verbal*, Bakhtin (2003) fala sobre a estética e teoria literária. No trecho em que trata especificamente dos “gêneros do discurso”, ele discute como os diferentes gêneros literários (romance, poesia, teatro, ensaio, conto, etc.) influenciam a forma como a linguagem é utilizada e percebida. Além disso, também analisa a relação entre o gênero literário e a interação social, destacando a importância de considerar o contexto comunicativo em que os textos são produzidos e recebidos.

Sobre essa questão, Bakhtin (2003) esclarece que cada ato de enunciação é composto por diversas “vozes”, as quais denomina “memória discursiva”. Segundo o autor, não produzimos um discurso adâmico (referente a Adão, no sentido de algo que surgiu primeiro), mas “os discursos de outros” que, no contexto narrativo, refletem as tendências sociais de interação verbal numa época e num determinado grupo social, ou seja, o nosso discurso está permeado por outras vozes.

Assim, cada ato de fala é repleto de assimilações e reestruturações destas diversas vozes, ou seja, cada discurso é composto de vários discursos polifônicos. Estas vozes “dialogam” dentro do discurso, não se trata apenas de uma retomada. Este diálogo polifônico é construído histórica e socialmente. A partir deste diálogo, ocorre a construção da consciência do indivíduo. Bakhtin (2003) vai mais adiante ao afirmar que só pensamos graças a um contato permanente com os pensamentos alheios, pensamento este expresso no enunciado. Dessa forma, a consciência individual é resultante de um diálogo interconsciências.

Um outro traço constitutivo do enunciado é o fato dele ser produzido para alguém; assim, todo enunciado tem um destinatário. Bakhtin (2003, p. 301) ressalta que o outro – “receptor” do discurso – não é necessariamente alguém totalmente definido, como acontece “[...] em toda sorte de enunciados monológicos de tipo

emocional”. O autor comenta ainda que o estilo do discurso é definido a partir de concepções que o locutor tem a respeito do destinatário.

Nessa perspectiva, conforme Bakhtin (2003), o ser humano, em quaisquer de suas atividades, vai servir-se da língua e, a partir do interesse, intencionalidade e finalidade, específicos de cada atividade, realizará enunciados linguísticos de diversas maneiras. As esferas de atividade humana são variadas, e para cada uma delas tem-se condições comunicativas suscitadas para atender a necessidade do ser humano de expressar-se.

Bakhtin (2003) acrescenta que o ser humano, em quaisquer de suas atividades, utiliza a língua e, com base no interesse, na intencionalidade e na finalidade específicas de cada atividade, produz enunciados linguísticos de maneiras variadas. As esferas de atividade humana (também chamadas de esferas sociais de comunicação ou esferas comunicativas) são diversas e, para cada uma delas, existem condições comunicativas específicas que atendem à necessidade do ser humano de se expressar. Segundo o autor, as condições comunicativas das esferas sociais (científica, ideológica, oficial, cotidiana, etc.) geram “tipos relativamente estáveis de enunciados” (Bakhtin, 2003, p. 279). Outrossim, a estes, o autor chama de gêneros do discurso ou discursivos.

Os gêneros discursivos estão presentes em todos os atos de comunicação feitos por meio da fala ou da escrita. É o que se observa em Bakhtin (2003) quando este autor aponta que a utilização da língua se dá através de enunciados pertencentes a uma esfera da atividade humana e que refletem os objetivos comunicativos dessas esferas, os gêneros são os tipos, as formas como os enunciados são utilizados.

Assim, o gênero discursivo conto, por se configurar como uma forma narrativa mais curta e concisa, permite às autoras explorar temas complexos de maneira concentrada, muitas vezes concentrando-se em momentos decisivos ou situações emblemáticas que destacam as questões de raça, gênero e classe (Brezolin, 2023). Essa perspectiva ressalta que a literatura é um reflexo passivo da sociedade, produto cultural ativo que molda e é moldado pelas dinâmicas sociais e ideológicas de sua época. Ao explorar temas como identidade, poder, gênero, raça e classe, a literatura pode servir como um espaço de reflexão crítica sobre as estruturas de poder e as hierarquias sociais que permeiam a vida cotidiana. Ao mesmo tempo, a obra literária pode desafiar as narrativas dominantes e oferecer novas perspectivas sobre questões complexas e diversificadas (Candido, 2006).

Na literatura brasileira contemporânea, Bosi (2015) destaca que o conto se configura como o principal espaço para a exploração de temáticas atuais. Ele argumenta que essa forma narrativa desempenha um papel privilegiado ao retratar situações exemplares da vida do homem contemporâneo, permitindo uma aproximação dialogada com o real e o cotidiano, desde que o contista desenvolva essa realidade de maneira astuta e compreenda a importância da temática abordada.

Apesar de seu tamanho em geral menor, em comparação às narrativas longas como o romance e a novela, Bosi (2015) defende que o conto consegue abraçar a temática do romance e coloca em jogo os princípios de composição que regem a escrita moderna em busca do texto sintético e do convívio de tons, gêneros e significados. Logo, o conto, em seu tratamento temático, é o elemento capaz de impulsionar essa percepção singular, porque é na abordagem literária do tema que o/a autor/a o projeta “em direção a algo que exceda o próprio conto” (Cortázar, 2006, p. 156).

Entendemos que, embora outras formas de manifestação literária também possam abordar o racismo feminino, o conto oferece um espaço específico para explorar as nuances e complexidades dessas experiências. Ao focar em momentos particulares e em personagens específicos, o conto permite uma imersão mais profunda nas vidas das mulheres negras e em suas lutas cotidianas contra o racismo e a opressão. Assim, a escolha pelo conto como uma forma de manifestação literária dentro das obras de Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo se revela pelo fato desses transmitirem mensagens relevantes e provocar reflexões sobre o racismo feminino de maneira direta e impactante.

## **5.2 O conto *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis**

Conforme já explicitado, o conto *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis, foi produzido num contexto histórico-político-social efervescente de luta pelos direitos dos escravizados. É importante lembrar que a autora, além de ser mulher, era negra e pobre, sendo assim, foi a primeira escritora abolicionista e, portanto, a primeira mulher a compor a literatura afro-brasileira.

É importante destacar que o exercício da escrita para as mulheres do século XIX se constituiu como uma forma de romper com os limites impostos pela sociedade tradicional. Naquele período, o ato de escrever era considerado uma ação

transgressiva, que ia de encontro aos acordados vigentes da época. Segundo Tavares (2007), a luta pela conquista do espaço feminino no século XIX se deu em duas frentes: a primeira estava relacionada à necessidade de instrução das mulheres; a segunda, à utilização da escrita para falar por si.

Esta última necessidade se via atrelada ao fato de que já havia um discurso masculino que falava pela mulher antes mesmo que ela o fizesse. Assim, segundo a autora, instruir-se e posicionar-se através da escrita foram as duas frentes de luta nas quais muitas mulheres dos oitocentos se empenharam.

Movida pela necessidade de falar por si, Maria Firmina dos Reis apropriou-se da escrita e produziu obras relevantes contemplando diversos gêneros literários como romances, poemas e contos. A publicação do conto *A Escrava* representa o auge da maturidade intelectual, nela, a escritora denuncia as injustiças oriundas do sistema escravagista brasileiro, chamando a atenção para as condições subumanas às quais os cativos haviam sido relegados, do mesmo modo em que descreve a realidade vivenciada pelas mulheres negras naquele contexto político-cultural do final de século XIX.

A narrativa apresenta um ponto de vista que se alterna entre o sentimento de compaixão para com os oprimidos e a denúncia da sociedade escravocrata brasileira, tendo como epicentro os dramas vivenciados pela escrava fugida Joana, descritos ao longo da trama por “uma senhora”. A partir do conto, Maria Firmina dos Reis se propõe a debater as questões políticas mais latentes daquele momento, sobretudo, a abolição da escravatura.

O conto se passa em um salão nobre onde as pessoas começam a discutir diversos temas até que se inicia um debate sobre o “elemento servil”. Neste momento, “uma senhora”, cujo nome não é revelado na história entra em cena, toma a palavra e passa a centralizar a discussão, tornando-se a narradora da trágica história da personagem Joana, uma escrava em fuga. A tal senhora, de sentimentos abolicionistas, professa um discurso desfavorável às dinâmicas do cativeiro, direcionando seu apelo moral cívico e religioso aos presentes no salão.

Num período em que a Igreja Católica apoiava a utilização de mão de obra escravizada, Maria Firmina dos Reis incorpora à narrativa, determinadas representações da religiosidade cristã como recurso argumentativo objetivando a adesão de seus leitores às suas ideias. Os valores de igualdade e de fraternidade, por sua vez, bastante consagrados entre os adeptos do catolicismo, são utilizados pela



autora para mostrar que a opressão vivida pelos escravos no Brasil representava um conflito gritante entre a teoria e a prática religiosa.

Em seu discurso, a narradora traz uma sólida argumentação em favor da libertação dos escravizados, mostrando a vergonha de, naquele momento da história, ainda se utilizar esse tipo de trabalho no país.

Admira-me, disse uma senhora, de sentimentos sinceramente abolicionistas; faz-me até pasmar como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezenove! A moral religiosa e a moral cívica aí se erguem e falam bem alto esmagando a hidra que envenena a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira!

Levantai os olhos ao Gólgota, ou percorrei-os em torno da sociedade, e dizei-me:

– Para que se deu em sacrifício, o Homem Deus, que ali exalou seu derradeiro alento? Ah!

Então não era verdade que seu sangue era o resgate do homem! É então uma mentira abominável ter esse sangue comprado a liberdade!? E depois, olhai a sociedade... Não vedes que a corrói constantemente!... Não sentis a desmoralização que a enerva, o cancro que a destrói? (Reis, 2009, p. 241-242).

Mais adiante, a tal senhora continua a sua premissa, com o intuito de demonstrar a sua indignação e despertar a atenção das “pessoas distintas e bem colocadas” para os problemas ocasionados pela escravidão, passa a narrar o seu encontro com a escrava Joana. Em seu relato, a senhora branca descreve ter se deparado com a escrava sendo caçada como um animal por um feitor de “fisionomia sinistra”. A fuga já pressupõe o descontentamento com o cativo e demonstra que Joana não é passiva como a maioria dos escravos representados nessa época.

A história prossegue e vão surgindo outros personagens, dentre os quais destaca-se Gabriel, que, ao ser informado sobre a fuga da mãe, tenta encontrá-la e protegê-la do cruel feitor. A senhora resolve ajudar Joana e seu filho Gabriel, abrigando-os na sua própria residência. Grata pela proteção oferecida a ela e ao seu filho, Joana sorriu e questionou: “– Inda há nesse mundo quem se compadeça de um escravo?” (Reis, 2009, p. 252).

A partir deste momento, Maria Firmina dos Reis confere a Joana o direito da voz, dando-lhe a oportunidade de narrar a sua história. Logo no início, Joana fala da dor ocasionada pela perda dos filhos gêmeos Carlos e Urbano, que foram vendidos e levados pelos traficantes para o Rio de Janeiro. Esse trágico acontecimento teve, como consequência, o comprometimento da sua sanidade mental. Apesar das

limitações impostas pela doença, ela demonstra preocupação com futuro de Gabriel, que ainda se encontra na situação de escravo.

– Não sabe, minha senhora, eu morro, sem ver mais meus filhos! Meu senhor, os vendeu... eram tão pequenos... eram gêmeos. Carlos, Urbano... Tenho a vista tão fraca... é a morte que chega. Não tenho pena de morrer, tenho pena de deixar meus filhos... Meus pobres filhos!... Aqueles que me arrancaram destes braços... este que também é escravo!... (Reis, 2009, p. 252).

O trecho acima é profundamente comovente e revela diversas camadas de emoção e sofrimentos ligados à experiência da escravidão. A personagem expressa sua angústia ao revelar que seus filhos foram vendidos quando eram pequenos, destacando a cruel separação familiar imposta pelo sistema escravocrata. A maternidade, nesse contexto, é marcada por tragédias e despedidas transportadas.

Ao mencionar a venda dos filhos, um personagem denuncia não apenas a brutalidade da escravidão, mas também a desumanização que ocorre quando indivíduos são tratados como propriedade a serem comprados e vendidos. A venda dos filhos representa a perda da identidade familiar e individual.

A angústia do personagem é intensificada pela impossibilidade de rever seus filhos antes de morrer. A separação das crianças e a incerteza sobre o destino delas ressaltam a brutalidade do sistema escravocrata, que não reconhece a humanidade e os laços familiares dos escravizados. A menção ao escravo que está ao lado da mulher revela uma forma de solidariedade entre os próprios escravizados. O reconhecimento da dor alheia e a partilha do sofrimento destacam a importância das relações comunitárias como uma forma de resistência e apoio emocional face às adversidades.

A personagem expressa resignação diante da morte iminente, enfatizando que sua principal preocupação não é com sua própria morte, mas com a tristeza de deixar seus filhos para trás. Esse aspecto destaca a desumanidade do sistema escravocrata, que não apenas privava os indivíduos de sua liberdade, mas também de suas relações familiares e afetivas.

Esse trecho exemplifica a habilidade de Maria Firmina dos Reis em retratar, com sensibilidade, as dimensões humanas e emocionais da escravidão. Ao dar voz às experiências das personagens marginalizadas, a autora contribui para a construção de uma narrativa que desafia as injustiças sociais e promove a empatia e a reflexão sobre a história do Brasil.

Maria Firmina viveu em um período em que todas as decisões eram subordinadas aos pais, maridos e senhores. Desse modo, o papel submisso e doméstico esperado das mulheres é uma temática recorrente em sua obra. Firmina usou sua escrita para questionar e desafiar as normas sociais que confinavam as mulheres à esfera privada e às tarefas domésticas, sem acesso a direitos ou oportunidades iguais aos dos homens. Ao dar voz àquelas que eram silenciadas, trazendo à tona as realidades das mulheres negras e escravizadas, cujas vidas eram frequentemente ignoradas pela literatura dominante da época.

Sobre necessidade de dar voz às mulheres negras, Ribeiro (2017) enfatiza a importância do lugar de fala, da interseccionalidade e da descolonização do saber, nos desafia a reimaginar uma sociedade onde todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas, a ativista ainda destaca a necessidade de reconhecer e enfrentar todas as formas de opressão que afetam as mulheres negras.

O conceito de “lugar de fala” refere-se à ideia de que todas as pessoas têm um lugar específico de onde falam, baseado em suas experiências de vida, identidade e posição social. Para Ribeiro, é indispensável que as vozes das mulheres negras sejam ouvidas e respeitadas, pois suas experiências são frequentemente marginalizadas ou invisibilizadas em discursos dominantes.

Assim, Maria Firmina dos Reis revela sua habilidade em capturar a complexidade e a brutalidade das relações sociais durante a escravidão no Brasil, além de evidenciar o papel crucial da literatura na denúncia das injustiças históricas e na promoção da empatia e da reflexão sobre a história do país.

Apesar do cansaço e da saúde fragilizada, a escrava consegue descrever a sua infância sofrida e o episódio em que teve supostamente sua liberdade comprada por seu pai, passando a viver em liberdade, por dois anos, até descobrir que haviam sido enganados pelo senhor Tavares, já que a carta de alforria não tinha validade alguma.

Nunca a meu pai passou pela ideia, que aquela suposta carta de liberdade era uma fraude; nunca deu a ler a ninguém; mas, minha mãe, à vista do rigor de semelhante ordem, tomou o papel, e deu-o a ler, àquele que me dava as lições. Ah! Eram umas quatro palavras sem nexos, sem assinatura, sem data! Eu também a li, quando caiu das mãos do mulato. Minha pobre mãe deu um grito, e caiu estrebuchando (Reis, 2009, p. 254).

Nesse outro trecho, a suposta carta de liberdade mencionada é apresentada como uma falsificação elaborada para enganar o personagem principal e sua família. A fraude revela a falta de escrúpulos dos proprietários de escravos, que corriam os artifícios enganosos para manter seu poder sobre os cativos.

O pai do personagem nunca suspeitou da falsidade da carta de liberdade, mostrando como os escravos muitas vezes foram suspensos na ignorância sobre seus direitos legais e eram incapazes de contestar a autoridade de seus donos. Isso evidencia o controle exercido pelos proprietários sobre a informação e o conhecimento dos escravizados.

A ocorrência da mãe do personagem ao perceber a fraude é descrita como um grito seguido de desmaio, demonstrando o choque e a devastação causada pela revelação da falsidade da promessa de liberdade. Esse momento destaca a cruel manipulação emocional imposta aos escravizados e a brutalidade do sistema escravocrata.

A queda da carta das mãos do mulato sugere uma quebra momentânea da posição social, quando o documento cai nas mãos do escravo em vez de permanecer sob controle dos senhores. No entanto, a falta de poder e autonomia dos escravizados é rapidamente reafirmada pela ocorrência violenta da mãe do personagem, evidenciando a desigualdade estrutural que permeia a sociedade escravizada.

Dessa forma, a leitura destaca as consequências humanas da crueldade e da injustiça perpetradas pelo sistema escravocrata, mostrando o impacto emocional profundo sobre as vítimas da fraude. A mãe do personagem é retratada como uma figura vulnerável e indefesa diante da violência psicológica infligida pelos senhores.

Sentindo a aproximação da morte, em meio a delírios, contrariando o pedido de Gabriel, a escrava conclui seu depoimento lembrando a dor que sentia ao ter seus filhos gêmeos sequestrados por um “traficante de carne humana” para serem vendidos como cativos no Rio de Janeiro. Por meio das palavras de Joana e do desfecho da narrativa, Maria Firmina dos Reis denuncia o sofrimento vivenciado pelas mulheres negras durante a escravidão.

- Deixa concluir, meu filho, antes que a morte me cerre os lábios para sempre... deixa-me morrer amaldiçoando os meus carrascos.
- Por Deus, por Deus, gritei eu, tornando a mim, por Deus, levem-me com meus filhos!
- Cala-te! gritou meu feroz senhor. – Cala-te ou te farei calar.
- Por Deus, tornei eu de joelhos, e tomando as mãos do cruel traficante:

– Meus filhos!... meus filhos!

Mas ele dando um mais forte empuxão, e ameaçando-os com o chicote, que empunhava, entregou-os a alguém que os devia levar...

Aqui a mísera calou-se; eu respeitei o seu silêncio que era doloroso, quando lhe ouvi um arranco profundo, e magoado. Curvei-me sobre ela. Gabriel ajoelhou-se, e juntos exclamamos:

– Morta! (Reis, 2009, p. 257-258).

Esse recorte do conto é angustiante e revela a crueldade inerente ao sistema escravocrata. A análise de alguns aspectos desse fragmento permite duas constatações: a mãe do personagem pede para ser ouvida antes de morrer, revelando sua urgência em compartilhar uma verdade dolorosa. Ela expressou seu desejo de morrer amaldiçoando aqueles que a subjugaram, evidenciando a intensidade do sofrimento infligido pelos senhores.

A personagem, em um momento de desespero, implora para ser levado junto com seus filhos. Essa súplica ressalta a brutalidade da separação familiar imposta pelo sistema escravocrata. A resposta do senhor, diminuindo que calará o escravo com violência, sublinha a falta de empatia e humanidade presentes nessa relação desigual.

O extermínio de pessoas consideradas inferiores ou indesejáveis também é discutido por Sueli Carneiro. Segundo a autora, quando não há interesse em subordinar ou disciplinar aqueles lidos como racialmente inferiores, o dispositivo de racialidade atua em conjunto com o biopoder para viabilizar técnicas de extermínio do Outro indesejável. Baseado no contrato racial e funcionando na lógica racista do biopoder, o dispositivo de racialidade determina quem deve viver e quem deve morrer, inscrevendo a negritude “sob o signo da morte” enquanto promove a manutenção da vida da branquitude (Carneiro, 2023, p. 65). Esse extermínio do Outro é permitido pelo racismo, que emerge como um mecanismo legitimador do direito do Estado de matar por ação ou omissão. Assim, oferece abordagens filosóficas que denunciam o genocídio implementado pelo Estado brasileiro contra as populações negras e indígenas.

O senhor, representando a autoridade opressora, não apenas recusa o pedido da personagem, mas ameaça silenciá-la com violência. A entrega dos filhos a alguém desconhecido, sob ameaça de chicote, destaca a arbitrariedade e a crueldade exercidas pelos senhores sobre as vidas dos escravizados.

O silêncio da mãe, interrompido apenas por um arranco profundo e magoado, sugere uma dor indescritível causada pela separação dos filhos. Esse

momento de silêncio é respeitado pelo personagem, ressaltando a incapacidade de expressar completamente a tragédia vivenciada.

A passagem termina com a descoberta da morte da mãe. A palavra “morta!” é um golpe final, ressaltando a devastação emocional causada pelo sistema escravocrata. O fato do personagem e Gabriel exclamarem juntos destaca a coletividade do sofrimento e a solidariedade compartilhada entre os escravizados.

Esse trecho é um poderoso testemunho da desumanização infligida pelos senhores aos escravizados e revela a profunda injustiça social e a tragédia pessoal associada à escravidão. Maria Firmina dos Reis, ao abordar essas questões de maneira tão impactante, contribui para a conscientização e reflexão sobre a história do Brasil e as marcas deixadas pelo sistema escravocrata.

As situações retratadas por Maria Firmina dos Reis, em *A Escrava*, eram baseadas em suas experiências de vida. Embora tenha vivido em liberdade, Maria Firmina dos Reis sofria as consequências da escravidão como o preconceito pela sua condição racial, social e pela sua condição de mulher mestiça. “Ela insere em toda a sua obra preciosos aspectos antropológicos que permitem ver a existência do escravo no seu aspecto real, sob a violência e o jugo de senhores e feitores que agiam sob o amparo das leis” (Lobo, 2011, p. 119).

Em *A Escrava*, o feminismo é representado a partir de alguns prismas como: protagonismo e resiliência da personagem central, humanização das mulheres escravizadas, crítica ao sistema patriarcal, solidariedade feminina e da denúncia da violência. Nessa perspectiva, Maria Firmina dos Reis fez uso da literatura como um instrumento político de denúncia não apenas da escravidão de modo geral, mas também considerando questões diretamente relacionadas ao gênero.

Diante de todos os pontos já mencionados, é possível reconhecer Maria Firmina dos Reis como uma figura fundamental para o feminismo no Brasil devido ao seu pioneirismo literário, à representação das mulheres negras, à crítica à escravidão e ao patriarcado, e ao seu papel como educadora. Sua obra e vida oferecem uma perspectiva crítica e emancipatória que continua a inspirar e orientar a luta feminista e antirracista no Brasil. Reconhecer e celebrar seu legado é essencial para entender a profundidade e a diversidade da resistência das mulheres negras na história brasileira.

### 5.3 O conto *Maria*, da escritora Conceição Evaristo

Apresentando uma temática que se aproxima do conto descrito anteriormente, e que também retrata o cotidiano de uma mulher negra, o conto *Maria*, da escritora Conceição Evaristo, narrado em terceira pessoa, começa descrevendo a rotina e os sofrimentos cotidianos da personagem que dá nome à narrativa. A partir das informações iniciais, já conseguimos compreender alguns aspectos da vida da protagonista, como a classe social, a profissão e a relação com os filhos.

Maria estava parada há mais de meia hora no ponto de ônibus. Estava cansada de esperar. Se a distância fosse menor, teria ido a pé. Era preciso mesmo ir se acostumando com a caminhada. Os ônibus estavam aumentando tanto! Além do cansaço, a sacola estava pesada. No dia anterior, no domingo, havia tido festa na casa da patroa. Ela levava para casa os restos. O osso do pernil e as frutas que tinham enfeitado a mesa. Ganhara as frutas e uma gorjeta. O osso a patroa ia jogar fora. Estava feliz, apesar do cansaço. A gorjeta chegara numa hora boa. Os dois filhos menores estavam muito gripados. Precisava comprar xarope e aquele remedinho de desentupir o nariz. Daria para comprar também uma lata de Toddy. As frutas estavam ótimas e havia melão. As crianças nunca tinham comido melão. Será que os meninos gostavam de melão? (Evaristo, 2016, p. 39-40).

A cena inicial apresenta Maria esperando por um ônibus por mais de meia hora. Essa espera reflete não apenas a impaciência diante da demora do transporte público, mas também aponta para a persistência e resistência de Maria diante dos obstáculos diários. O cansaço evidencia o desgaste físico e emocional que acompanha sua rotina.

Portanto, esse trecho do conto permite ao leitor dimensionar as dificuldades vivenciadas pela protagonista, que trabalha, como empregada doméstica, para prover o seu sustento e o da sua família. Apesar dos esforços, ela não consegue viver de forma digna, tendo que reaproveitar os restos de comidas ofertados pela patroa para alimentar os seus filhos.

Ainda nesse primeiro parágrafo, é ressaltado que Maria está cansada, por ter trabalhado no domingo. Este fato denuncia a triste realidade de inúmeras “Marias” espalhadas pelo Brasil, vítimas de uma sociedade excludente e desigual. Logo no início da narrativa, Evaristo (2016) evidencia as péssimas condições de trabalho a que as mulheres negras e pobres estão submetidas, sendo mal remuneradas, exploradas e desrespeitadas nos seus direitos fundamentais.

Cabe ressaltar, que apesar de Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo atuarem em contextos históricos e sociais distintos, tendo Firmina escrito suas obras no período marcado pela escravidão e Evaristo na redemocratização, ambas autoras retratam as dificuldades experienciadas pela mulher negra na sociedade brasileira nas suas respectivas épocas.

Uma menção aos restos da festa na casa da patroa ressalta a desigualdade socioeconômica entre Maria e seu empregador. Maria, mesmo após o trabalho, leva para casa os restos, enquanto a patroa pode se dar ao luxo de descartar um osso de pernil. Essa discrepância destaca as disparidades sociais presentes na sociedade. Ela valoriza as frutas recebidas e a gorjeta, que chegam em um momento oportuno para cuidar dos filhos doentes. Essa felicidade na simplicidade ressalta a resiliência de Maria e sua capacidade de encontrar alegria nas pequenas coisas, mesmo em meio às adversidades.

A preocupação de Maria com a saúde dos filhos é evidente. Ela planeja usar uma gorjeta para comprar medicamentos para os filhos gripados, demonstrando as responsabilidades maternas que carrega. A preocupação com a alimentação adequada das crianças, como a possibilidade de comprar uma lata de Toddy e oferecer melão pela primeira vez, mostra a dedicação de Maria ao bem-estar de sua família.

O trecho de “Maria” revela as complexidades da vida de uma mulher negra e trabalhadora, enfatizando não apenas as adversidades enfrentadas, mas também a resiliência e a capacidade de encontrar alegria nas pequenas conquistas do dia a dia. Conceição Evaristo, ao abordar temas como desigualdade, trabalho doméstico e responsabilidades maternas, oferece uma narrativa rica e realista que promove uma reflexão sobre as condições de vida das mulheres negras no contexto brasileiro.

Diversas teorias evidenciam que as sociedades foram embasadas no trabalho doméstico e que tais tarefas não foram compartilhadas de forma equiparada entre homens e mulheres. Nesse sentido, Federici (2023) destaca que o advento do capitalismo introduziu as posições sociais das mulheres ao invisibilizar a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital, envoltas em uma suposta predisposição natural e rotuladas como atividade própria das mulheres.

Essa perspectiva auxilia no entendimento de que as tarefas domésticas, embora essenciais para a reprodução da força de trabalho e para a acumulação de



capital, foram historicamente subvalorizadas e atribuídas quase exclusivamente às mulheres. No Brasil, essa dinâmica é ainda mais complexa devido às intersecções de raça, gênero e classe. Por isso, as mulheres negras geralmente encontram-se em posição de vulnerabilidade, lidando com múltiplas formas de discriminação e opressão. Vale destacar que no Brasil o trabalho doméstico é realizado massivamente por mulheres negras, sendo que as mulheres que ascendem socialmente tendem a delegar essas tarefas a outra mulher (na maioria das vezes) negra, pagando pouco.

Essa realidade é bem articulada por Sueli Carneiro (2019), que destaca a importância de reconhecer como as opressões de raça, gênero e classe se entrelaçam. Carneiro argumenta que qualquer análise das desigualdades sociais no Brasil deve necessariamente considerar essas interseções para ser verdadeiramente compreensiva e eficaz. Ao discorrer sobre os desafios enfrentados pelas mulheres negras brasileiras, a filósofa acrescenta que a situação desvantajosa dessas mulheres dificilmente será revertida sem políticas públicas específicas que combatam essas formas interligadas de discriminação.

Neste sentido, o conto *Maria*, de Evaristo, portanto, não apenas narra as experiências dessas mulheres, mas também serve como uma crítica poderosa às estruturas sociais que perpetuam a desigualdade. Ao dar voz à Maria, Evaristo desafia os leitores a reconhecerem e confrontarem essas injustiças, promovendo uma compreensão mais profunda e empática das realidades vividas pelas mulheres negras no Brasil.

Ao questionar se os filhos gostariam de melão, Maria demonstra a atenção aos detalhes e a vontade de proporcionar experiências positivas às crianças, mesmo nas condições limitadas em que vivem. Essa reflexão destaca a importância da maternidade na construção de relações afetivas e no enfrentamento das dificuldades.

Na segunda cena da narrativa, quando Maria já se encontra dentro do ônibus, surge uma surpresa: ela se encontra com o ex-companheiro, o pai do seu primeiro filho. Nesse momento da narrativa, ela relembra o tempo em que conviveu com aquele homem que acabara de reencontrar por acaso no ônibus, o relacionamento amoroso que tivera com ele e a felicidade do casal com a chegada do seu primogênito.

Ao entrar, um homem levantou lá de trás, do último banco, fazendo um sinal para o trocador. Passou em silêncio, pagando a passagem dele e de Maria. Ela reconheceu o homem. Quando tempo, que saudades! Como era difícil

continuar a vida sem ele. Maria sentou-se na frente. O homem assentou-se ao lado dela. Ela se lembrou do passado. Do homem deitado com ela. Da vida dos dois no barraco. Dos primeiros enjoos. Da barriga enorme que todos diziam gêmeos, e da alegria dele. Que bom! Nasceu! Era um menino! E haveria de se tornar um homem. Maria viu, sem olhar, que era o pai do seu filho. Ele continuava o mesmo. Bonito, grande, o olhar assustado não se fixando em nada e em ninguém. Sentiu uma mágoa imensa. Por que não podia ser de outra forma? Por que não podiam ser felizes? E o menino, Maria? Como vai o menino? cochichou o homem. Sabe que sinto falta de vocês? Tenho um buraco no peito, tamanha a saudade! (Evaristo, 2016, p. 40).

Esse segundo trecho do conto apresenta um reencontro entre Maria e um homem do seu passado, evocando emoções complexas e reflexões sobre relacionamentos, saudade e dificuldades da vida. A passagem apresenta ao leitor a dimensão interior da personagem, como suas frustrações e mágoa pelas coisas não poderem “ser de uma outra forma”. O motivo da separação de Maria com o seu ex-companheiro não fica claro ao leitor; mas infere-se que o término da relação partiu dela, é o que sugere o seguinte trecho “Sabe que sinto falta de vocês? Tenho um buraco no peito, tamanha a saudade!”.

Essa fala do homem expressa o sentimento de falta de Maria e do filho deles, indicando que, apesar das separações e da passagem do tempo, as emoções ainda persistem. A saudade é apresentada como um elemento que cria um vazio emocional, mostrando como os laços afetivos são duradouros e difíceis de serem apagados.

O encontro inesperado com o homem do passado desperta uma mistura de emoções em Maria. O gesto do homem ao pagar a passagem revela uma atitude de cuidado e reconhecimento, o que sugere uma conexão emocional entre os dois. A saudade é evidente no cumprimento caloroso e na expressão de falta que o homem demonstra.

Ao sentar-se ao lado de Maria, o homem revive memórias do passado, relembando momentos importantes como o nascimento do filho deles. As lembranças envolvem alegrias, como o nascimento do menino, mas também desafios, como a impossibilidade de ser uma família feliz.

Essa narrativa revela a amargura de Maria diante das situações. A mágoa é expressa ao questionar por que as coisas não podiam ser diferentes e por que a felicidade apresentada era negada. Esse desencanto ressoa na pergunta sobre o filho e na constatação de que há um “buraco no peito” devido à saudade.

Contudo, em alguns momentos da conversa, Maria não consegue ouvir bem o que ex-companheiro fala. Esse momento de reflexão de Maria sobre por que as coisas não poderiam ser diferentes indica uma consciência das limitações impostas pela sociedade e pelas situações. O questionamento revela o desejo de uma realidade alternativa, na qual ela e o homem poderiam ser felizes e criar uma família de forma mais convencional.

Esse trecho destaca a habilidade de Conceição Evaristo em explorar as complexidades das relações humanas, especialmente aquelas marcadas pela desigualdade social. Uma narrativa que toca em temas universais, como o impacto do passado no presente e a persistência das emoções mesmo diante das adversidades.

O enredo toma um ritmo mais tumultuado, quando, de repente, aquele homem se levanta rapidamente e saca uma arma ao mesmo tempo em que ocorre o anúncio de um assalto proferido por um comparsa seu que também se encontrava no interior do ônibus.

O homem falava, mas continuava estático, preso, fixo no banco. Cochichava com Maria as palavras, sem, entretanto, virar para o lado dela. Ela sabia o que o homem dizia. Ele estava dizendo de dor, de prazer, de alegria, de filho, de vida, de morte, de despedida. Do buraco-saudade no peito dele... Desta vez ele cochichou um pouquinho mais alto. Ela, ainda sem ouvir direito, adivinhou a fala dele: um abraço, um beijo, um carinho no filho. E logo após, levantou rápido sacando a arma. Outro lá atrás gritou que era um assalto. Maria estava com muito medo. Não dos assaltantes. Não da morte. Sim da vida. Tinha três filhos. O mais velho, com onze anos, era filho daquele homem que estava ali na frente com uma arma na mão (Evaristo, 2016, p. 41).

Nesse trecho, a narrativa se aprofunda nas complexidades da situação vivenciada por Maria e pelo homem do seu passado, adicionando elementos de perigo e medo, o que intensifica as emoções já presentes. A comunicação entre o homem e Maria é destacada por meio do cochicho, um ato íntimo e pessoal. Apesar de ser estático, o homem consegue expressar uma gama de emoções e sentimentos, demonstrando a profundidade da conexão entre eles.

O homem aborda uma variedade de temas, desde dor e prazer até alegria e despedida. Esse diálogo silencioso é uma representação poética da vida, com todas as suas facetas e contradições. O “buraco-saudade no peito” simboliza a persistência de sentimentos intensos e a marca da saudade que transcendem o tempo.

A reviravolta na narrativa ocorre, com a menção do homem sacando uma arma, cria uma atmosfera de perigo iminente. A arma não apenas representa ameaça

física, como também simboliza os conflitos e perigos que permeiam a vida dos personagens.

Uma reflexão de Maria sobre o medo da vida, e não da morte, revela uma perspectiva profunda sobre as dificuldades que ela enfrenta como mãe solteira com três filhos. O medo não está relacionado aos assaltantes ou à perspectiva da morte iminente, mas à responsabilidade de cuidar e proteger os filhos em um mundo cheio de desafios.

A presença do filho mais velho como filho do homem com a arma adiciona um elemento de conexão direta entre o passado e o presente. A narrativa sugere que as escolhas e ações do passado têm consequências que afetam a vida de Maria e de seus filhos.

Este trecho destaca a habilidade de Conceição Evaristo em mesclar poeticidade e realismo, explorando não apenas as dimensões emocionais e relacionais, mas também as questões sociais e a vulnerabilidade das mulheres negras em contextos urbanos. A autora traz uma reflexão profunda sobre a complexidade da vida e dos relacionamentos em meio às adversidades sociais.

Após concluírem o assalto, os dois meliantes descem do coletivo e vão embora. Mas o fato de Maria ter demonstrado intimidade com um dos assaltantes e na ocasião, eles não terem levado nenhum pertence dela chamou a atenção de um dos passageiros.

Alguém gritou que aquela puta safada conhecia os assaltantes. Maria assustou-se. Ela não conhecia assaltante algum. Conhecia o pai do seu primeiro filho. Conhecia o homem que tinha sido dela e que ela ainda amava tanto. Ouviu uma voz: Negra safada, vai ver que estava de coleio com os dois (Evaristo, 2016, p. 41).

Nesse trecho, a situação se agrava ainda mais à medida que Maria é injustamente acusada, estereotipada e confrontada com o estigma racial e a hostilidade de terceiros. Nessa passagem do conto, merece destaque o fato de que as palavras “negra” e “safada” foram os xingamentos utilizados para acusar a protagonista do conto acusando-a de fazer parte do assalto ocorrido, o que evidencia o preconceito relacionado ao gênero, a raça e a classe. Maria, naquela situação, para além da suspeita de seu envolvimento no assalto, foi acusada por ser mulher, por ser negra e por ser pobre, fatores que de certa forma agravaram a situação por ela vivenciada.

Na literatura brasileira, podemos identificar diversas personagens negras que também sofreram violência, refletindo as realidades de racismo e opressão em diferentes contextos históricos e sociais, a exemplo de Preta (Maria Carolina) em *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* (2005), de Carolina Maria de Jesus.

As palavras dirigidas a Maria, como “puta safada” e “negra safada”, revelam a discriminação racial e o gênero que ela enfrenta. Esses insultos são uma manifestação clara do preconceito arraigado na sociedade, que associa a figura da mulher negra a estereótipos pejorativos e desumanizadores.

Maria é injustamente acusada de conhecer os assaltantes, embora ela mesma afirme que não os conhece. Essa acusação injusta é uma manifestação de racismo estrutural que criminaliza e estigmatiza pessoas negras, presumindo culpa com base na cor da pele.

Enquanto Maria vê o assaltante como alguém que ela amou e ainda ama, os transeuntes o associam facilmente a um criminoso devido à sua cor de pele. Esse contraste entre a perspectiva de Maria e a percepção da sociedade ressalta a subjetividade das interpretações e os estereótipos que moldam o julgamento das pessoas.

A revelação de que o homem envolvido no assalto é o pai do primeiro filho de Maria adicionou uma camada de complexidade ao conflito. Isso demonstra como as relações interpessoais são intrincadas e multifacetadas, indo além de simples categorizações como “assaltante” ou “vítima”.

As palavras ofensivas e desumanizadoras dirigidas a Maria refletem a violência verbal que frequentemente acompanha o racismo e o sexismo. Esse tipo de linguagem contribui para a desumanização das pessoas negras e perpetua a marginalização e o sofrimento dessa comunidade.

Este trecho destaca as profundas desigualdades e injustiças sociais enfrentadas pelas mulheres negras, além de evidenciar a complexidade das relações humanas e a natureza insidiosa do racismo e do preconceito. Conceição Evaristo, ao abordar essas questões com sensibilidade e profundidade, estimula a reflexão sobre as relações de poder e a necessidade de resistência e solidariedade diante da opressão.

Seguindo a narrativa, alguns passageiros começam a agredir Maria, que, ainda perplexa e tomada pelo medo e pela raiva, não consegue se defender sozinha. Na tentativa de conter o tumulto, e impedir que Maria seja linchada, o motorista afirma

que a conhece de vista e que todos os dias ela pega o mesmo ônibus ao retornar do trabalho. “Alguém gritou: Lincha! Lincha! Lincha!...” Nesse momento, ocorre o desfecho da história.

Lincha! Lincha! Lincha! Maria punha sangue pela boca, pelo nariz e pelos ouvidos. A sacola havia arrebentado e as frutas rolavam pelo chão. Será que os meninos gostam de melão?

Tudo foi tão rápido, tão breve. Maria tinha saudades do seu ex-homem. Por que estavam fazendo isto com ela? O homem havia segredado um abraço, um beijo, um carinho no filho. Ela precisava chegar em casa para transmitir o recado. Estavam todos armados com facas-laser que cortam até a vida. Quando o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher já estava todo dilacerado, todo pisoteado.

Maria queria tanto dizer ao filho que o pai havia mandado um abraço, um beijo, um carinho (Evaristo, 2016, p. 42).

O desfecho do texto é marcado por uma tragédia brutal, onde Maria se torna vítima de um linchamento público injusto e violento. A personagem já estava condenada por tudo o que o seu corpo representa para uma sociedade machista, racista e classista, que discrimina mulheres, negros e pobres ao colocá-los em lugares subalternos.

O que chama atenção é que os responsáveis pelo linchamento de Maria são pessoas da mesma classe social, pobres, trabalhadoras e oprimidas por um sistema econômico extremamente desigual e cruel. Mas mesmo assim, reproduzem comportamentos preconceituosos, considerando negros e mulheres como seres inferiores e, por isso, passíveis das violências descabidas.

Esse linchamento é uma expressão extrema do racismo e do preconceito que persiste na sociedade, revelando a disposição para a violência física como uma resposta irracional e desumana. Maria, enquanto está sendo agredida, ainda demonstra uma desconexão entre a brutalidade do linchamento e seus próprios pensamentos. Ela está preocupada com os filhos e se pergunta se eles gostam de melão, um contraste gritante com a crueldade da violência que está sendo infligida contra ela.

O fato de a sacola ter arrebentado e as frutas rolarem pelo chão simboliza não apenas a destruição física, mas também a desintegração da esperança e da alegria que as frutas representavam para Maria. Esse simbolismo intensifica a tragédia do acontecimento.

O último desejo de Maria é transmitir o recado do pai para o filho, destacando sua preocupação com a comunicação de amor e afeto em meio à tragédia.

No entanto, sua voz é silenciada pela violência física, e ela é incapaz de cumprir esse último desejo antes de ser dilacerada e pisoteada até a morte.

Ao mostrar a tragédia pessoal de Maria, Conceição Evaristo confronta o leitor com as consequências devastadoras da intolerância e da falta de empatia, estimulando a reflexão sobre questões de justiça social e direitos humanos. A narrativa habilmente construída, os simbolismos cuidadosamente incorporados e a representação autêntica de Maria destacada para um conto poderoso que ressoa na consciência do leitor, convidando à reflexão sobre a complexidade das experiências femininas e negras.

Nos dias atuais, Maria, personagem do conto de Conceição Evaristo, é também uma mulher aguerrida, que luta pelo sustento da família e sofre com a violência manifestada em suas diversas formas, em especial, por meio do preconceito racial, de gênero e de classes, tão evidentes no cotidiano das cidades e interiores. Em depoimento, a autora comenta:

em síntese, quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvinculo de um “corpo-mulher-negra em vivência” e que por ser esse “o meu corpo, e não outro”, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta (Evaristo, 2009, p. 18).

A análise da escrita de Evaristo revela o profundo impacto de sua condição de mulher negra, nascida em uma favela, em sua produção literária. Sua obra reflete as dificuldades enfrentadas por ela e sua família durante a infância e lança um olhar crítico sobre a condição do negro na sociedade brasileira. Essa sociedade é marcada por uma história de escravidão, exclusão, preconceito e exploração através do trabalho subalterno e mal remunerado.

Nesse contexto, Evaristo cunhou o termo *escrevivência* para descrever uma escrita que está intimamente ligada à sua vivência pessoal, mesclando memórias individuais e coletivas de seu povo. Essa concepção de escrita ultrapassa a mera ficção ou autobiografia, tornando-se um testemunho vivo das experiências, dores e resistências de uma comunidade historicamente marginalizada.

Quando eu usei o termo é... *escrevivência* [...] se é um conceito, ele tem como imagem todo um processo histórico que as africanas e suas descendentes escravizadas no Brasil passaram. Na verdade, ele nasce do seguinte: quando eu estou escrevendo e quando outras mulheres negras estão escrevendo, é... me vem muito na memória a função que as mulheres africanas dentro das casas-grandes escravizadas, a função que essas mulheres tinham de contar

história para adormecer os da casa-grande, né... a prole era adormecida com as mães pretas contando histórias. Então eram histórias para adormecer. E quando eu digo que os nossos textos, é..., ele tenta borrar essa imagem, nós não escrevemos pra adormecer os da casa-grande, pelo contrário, pra acordá-los dos seus sonos injustos. E essa *escrevivência*, ela vai partir, ela toma como mote de criação justamente a vivência. Ou a vivência do ponto de vista pessoal mesmo, ou a vivência do ponto de vista coletivo (Evaristo, 2017).

No discurso de Maria, fica evidente o preconceito sofrido pela condição de seu corpo definido por ela mesma, como um corpo de uma mulher negra. O preconceito sobre o corpo negro é uma forma de discriminação baseada na cor da pele de uma pessoa, que, no entendimento de Conceição Evaristo, é agravada pelo fato de se tratar de um corpo negro feminino. O preconceito sobre o corpo negro também é discutido por Kilomba (2019, p. 57), ao afirmar que:

no racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão “fora do lugar” e, por essa razão, não podem pertencer. Corpos brancos ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão “no lugar”, “em casa”, corpos que sempre pertencem. Eles pertencem a todos os lugares: na Europa, na África, no norte, no sul, leste, oeste, no centro, bem como na periferia. A partir de tais comentários, intelectuais negras/os são convidadas/os persistentemente a retornar a “seus lugares”, “fora” da academia, nas margens, onde seus corpos são vistos como “apropriados” e “em casa.

A autora aborda de maneira incisiva a construção social dos dentro das estruturas raciais e de poder, destacando como esses corpos são percebidos e tratados de maneira desigual. No seu entendimento, a construção dos corpos negros como “fora do lugar” e dos corpos brancos como “no lugar” refletem as desigualdades sociais e raciais que se perpetuam em nosso país.

Essas desigualdades são resultantes de um passado de escravidão e de discriminação que marcou a história do Brasil e de outros países colonizados. O racismo e o sexismo refletem a forma como essas desigualdades foram incorporadas nas estruturas sociais, tornando-se parte do funcionamento da sociedade.

Assim, ao se realizar a análise dos contos de Maria Firmina dos Reis e dos de Conceição Evaristo, constata-se que tanto o racismo estrutural como a dominação masculina são evidenciados na elaboração dos seus enunciados, assim como algumas convicções e crenças, que determinaram o ponto de vista adotado por elas ao produzirem suas obras. Desse modo, infere-se que os contos *A Escrava*, de Maria



Firmina dos Reis, e *Maria*, de Conceição Evaristo, sofrem influências da experiência de vida e do contexto social em que as escritoras estavam inseridas.

## 6 CONSIDERAÇÕES

Não restam dúvidas de que o povo negro brasileiro, por toda sua história na condição de escravizado, tem seu cotidiano e sua identidade, ainda hoje, marcados pela discriminação manifestada nas diversas formas. Na tentativa de combater o preconceito e dar voz aos menos favorecidos, Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo, por meio dos seus escritos, proporcionam o protagonismo àqueles a quem o silenciamento foi dado como regra.

Ao explorar o tema do Feminismo Negro nos contos das autoras Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo, percebe-se a riqueza e complexidade das narrativas que emergem das experiências das mulheres negras ao longo do tempo. As obras dessas autoras, separadas por décadas, envolvem uma profunda preocupação com a representação e a valorização das vozes femininas, especialmente as vozes negras, em um contexto sociocultural marcado pelo racismo e machismo.

Já Conceição Evaristo, autora contemporânea, dá continuidade a esse legado, mergulhando nas complexidades contemporâneas da vida das mulheres negras. Seus contos exploram a interseccionalidade de identidades, expondo as interações entre raça, gênero e classe. Evaristo não apenas denuncia as injustiças, mas também celebra a resistência e a resiliência das mulheres negras em meio aos desafios impostos pela sociedade.

Maria Firmina dos Reis, pioneira na literatura brasileira do século XIX, destaca-se por seu olhar crítico sobre a condição da mulher negra escravizada, abordando temas como a maternidade, a liberdade e a resistência. Sua escrita, permeada por uma sensibilidade humanista, desafia os estereótipos e reivindica a humanidade e a dignidade das mulheres negras.

Cabe frisar que, embora tenham produzido seus respectivos contos em épocas diferentes, tendo Maria Firmina dos Reis publicado *A Escrava*, no ano de 1887, e Conceição Evaristo, *Maria*, em 2014, o universo ficcional das autoras é constituído de realidade social, de modo que os suas obras podem ser consideradas testemunhos de quem sofreu na pele as consequências do racismo, sexismo e do preconceito social, haja vista que trata-se de duas mulheres negras, de descendência pobre que se inspiraram na sua própria experiência de vida para compor seus textos literários.

Ambas as autoras construíram um diálogo literário que ressoa com as lutas e conquistas do Feminismo Negro. Elas desafiam estereótipos, redefinem narrativas e oferecem uma visão enriquecedora sobre as experiências das mulheres negras, rompendo com a marginalização histórica que muitas vezes as relegou ao silêncio.

Assim, ao explorar os contos de Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo, somos confrontados com a urgência contínua de consideração e amplificação das vozes das mulheres negras na literatura e na sociedade em geral. Suas histórias são um convite à reflexão crítica sobre as estruturas de poder que moldam a vida das mulheres negras e inspiram um compromisso renovador com a construção de um mundo mais inclusivo e igualitário. O Feminismo Negro, como expresso por essas autoras, é um chamado à transformação e à justiça social.

A literatura escrita por mulheres negras oferece uma perspectiva única sobre o mundo. Ela representa as experiências, pensamentos e emoções das pessoas historicamente sub-representadas na literatura, permitindo que essas mulheres se reconheçam nas páginas dos livros. Neste sentido, Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo se apropriaram da literatura, sobretudo dos contos como instrumento de resistência e denúncia.

Do ponto de vista literário, os contos *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis, e *Maria*, de Conceição Evaristo, mostram-se relevantes por se configurarem obras afrodescendentes de autoria feminina, que retratam e denunciam a labuta e sofrimento das mulheres negras tanto no passado quanto nos dias atuais. Nesse sentido, as autoras fazem uso da literatura como um instrumento de denúncia política e social, não apenas evidenciando a sociedade racista, mas também contemplando questões relacionadas ao gênero e à condição social.

Ao conectar autoras de diferentes épocas, a tese traça um diálogo intergeracional entre as perspectivas de mulheres negras no século XIX e no presente. Esse enfoque evidencia a continuidade e transformação das lutas, resistências e experiências das mulheres negras ao longo do tempo. Maria Firmina dos Reis já denunciava o racismo e o sexismo de sua época, enquanto Conceição Evaristo dá voz às subjetividades negras contemporâneas. Esse diálogo ressalta a persistência da opressão, mas também a força da resistência e da memória coletiva.

Lutar pela equidade implica em promover políticas públicas e ações que visem combater as desigualdades que são resultado do sistema capitalista. Além disso, é fundamental desconstruir estereótipos, combater o preconceito, a

discriminação racial e o sexismo em todas as suas formas de manifestação. É preciso reconhecer a discriminação como um problema social. Sendo assim, combater o racismo estrutural e a dominação masculina que ainda prevalece na sociedade brasileira passa a ser uma responsabilidade de todos.

Como perspectivas futuras, almejamos realizar uma análise comparativa mais aprofundada sobre as obras das autoras selecionadas, destacando suas contribuições para o Feminismo Negro e para a compreensão das interseccionalidades de gênero, raça e classe. Nossa meta é apresentar conclusões fundamentadas, evidenciando os principais pontos de convergência e divergência entre as autoras analisadas.

Portanto, pretendemos explorar as conexões entre o feminismo e a afroamericanidade, destacando como as experiências e vivências das mulheres afro-brasileiras como Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo influenciaram e enriqueceram o movimento feminista no Brasil e no Mundo.

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019. 150 p.
- ALMEIDA, Ceila Sales de. **Feminismo negro**: a luta por reconhecimento da mulher negra no Brasil. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) – Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais, Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2016.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2017. (Coleção Primeiros Passos).
- ARAÚJO, Roselene Cardoso. **As imagens da mulher afro-brasileira em Olhos D'Água, de Conceição Evaristo**. Orientador: Paulo Antônio Vieira Júnior. 2020. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica Literária) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019. Antropologia Social da UFMT.
- BAKHTIN, Mikhail. “Os gêneros do discurso”. *In*: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.
- BEAUVOIR, Simone. de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BIROLI, Flávia. **Revolucionárias**: mulheres, comunismo e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27–55, 2015. DOI: 10.5433/2176-6665.2015v20n2 p27. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124>. Acesso em: 4 mar. 2024.
- BOSI, Alfredo. Situações e formas do conto brasileiro contemporâneo. *In*: BOSI, Alfredo (org.). **O conto brasileiro contemporâneo**. São Paulo: Cultrix, 1978. p. 7-22.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kuhner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 4 mar. 2024.

BREZOLIN, Alana. **O fantástico feminino na busca do real:** desdobramentos da manifestação do gênero na contística de Júlia Lopes de Almeida e de Augusta Faro. Orientadora: Cristina Löff Knapp. 2023. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/12763;jsessionid=6F60F7840710936D2BF6BA709083F614>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BUTLER, Judith. **Gender trouble:** feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1990.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira:** momentos decisivos (1750-1880). 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade.** 9. ed. rev. pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas:** feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Orientadora: Cecília Maria Bacellar Sardenberg. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida.** São Paulo: Jandaíra, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade:** a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Revista Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132, set.-dez. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2024.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2023.** Brasília: Ipea: FBSP, 2023. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023>.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought:** knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. Routledge, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2020.

CORTÁZAR, Julio. **Valise de cronópio**. Tradução de Davi Arriguci Júnior e João Alexandre Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2006.

DAVIS, Angela. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. Geledés, 12 jul. 2011. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/#gs.rNTsonl.SeMGh6c>. Acesso em: 25 fev. 2024.

DAVIS, Angela. **Women, Race, & Class**. New York: Vintage Books, 1981. v. 1, n. 1.

EVARISTO, Conceição. **Escritora Conceição Evaristo é convidada do Estação Plural**. [Entrevista cedida a] Ellen Oléria, Fernando Oliveira e Mel Gonçalves. TV Brasil, YouTube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xn2gj1hGsoo>. Acesso em 15 jul. 2024.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/%20scripta/article/view/4365/4510>. Acesso em: 12 ago. 2021.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira. *In*: PEREIRA, Edimilson de Almeida (org.). **Um tigre na floresta de signos**: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010. p. 132-142.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpos e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. 2. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. v. 1.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "póssocialista". **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, n. 92/93, p. 69-82, jan/ jun. 1988 69-82. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

GOTLIB, Nádya Batella. **Teoria do conto**. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

GRUPO QUILOMBOJE. **Cadernos Negros**. São Paulo: Quilombhoje, 2003. n. 13.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. **Preconceito racial**: modos, temas e tempos. São Paulo: Cortez, 2008.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (orgs.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HIRATA, Helena. Gênero, patriarcado, violência. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 981-1005, 2014.

HIRATA, Helena. **Mulheres, Feminismos e Marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2019.

HONNETH, Axel. **Lutas por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34. 2003.

HOOKS, bell. **Aint' I a woman**: Black women and feminism. Boston: South End Press, 1981.

HOOKS, bell. **Feminism is for everybody**: passionate politics. London: Pluto Express, 2000. v. 15.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Sales; FRANCO, Francisco Manuel de Melo. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2005.

KILOMBA, Grada. **Plantation memories**: episodes of everyday racism. Munster: Unrast, 2012. 124 p.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. **Futures Past**: On the Semantics of Historical Time. New York: Columbia University Press, 2006. v. 1, n. 1.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LOBO, Luiza. A Pioneira Maranhense Maria Firmina dos Reis. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 91-102, 1989.

LOBO, Luiza. Maria Firmina dos Reis. *In*: DUARTE, Eduardo de Assis. (org.) **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 111-125.

LORDE, Audre. **Textos Escolhidos**. 2015. Disponível em: <https://acervofeminista.wordpress.com/2015/12/02/audre-lorde-textos-escolhidos/>. Acesso em: 26 fev. 2024.



MARTINS, Tereza Cristina Santos. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. **Serviço Social e Sociedade**, v. 111, p. 450-467, jul./set. 2012.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil. **Revista Inscrita**, n. 14, p. 11-17, 2013.

MENDES, Algemira. **Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira**: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MENDES, Samanta Colhado. **As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo: 1889-1930**. 2010. 252 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, 2010.

MOREIRA, Núbia Regina. Representação e identidade no Feminismo Negro brasileiro. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 7 ago. 2006, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

MOTA-RIBEIRO, Silvana. **Retratos de mulher**: construções sociais e representações visuais no feminino. Porto: Campo das Letras, 2005.

PAULA, Adna Candido de; SPERBER, Suzi Frankl (orgs.). **Teoria literária e hermenêutica ricoeuriana**: um diálogo possível. Dourados, MS: UFGD, 2011. 272.

PEREIRA, Ana Cláudia Jaquetto. Feminismo negro no Brasil: a luta política como espaço de formulação de um pensamento social e político subalterno. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2013.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo. *In*: PERROT, M. (org.). **História das mulheres**: a Antiguidade. São Paulo: Editora Unesp, 1988. v. 1, n. 1.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. Dossiê Teoria Política Feminista. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?lang=pt>. Acesso em: 25 fev. 2024.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

REIS, Maria Firmina dos. A Escrava. **Revista Maranhense**, São Luís, v. 1, n. 3, 1887.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula (romance)**; A escrava (conto). Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2009. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Edição comemorativa dos 150 anos da 1ª edição.

RIBAS, Yasmim Carina Bastos Ribas; MOREIRA, Giorgia Galvan. Quatro décadas de uma perspectiva interseccional das forças feministas: A relação entre “Mulheres, raça e classe” e “Feminismo para os 99%”. **Conversas & Controvérsias**, v. 7, n. 2, p. e39297, 2020. DOI: 10.15448/2178-5694.2020.2.39297. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/conversasecontroversias/article/view/39297>. Acesso em: 4 mar. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; 2017. (Feminismos Plurais).

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do Feminismo Negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Ana Caroline Trindade dos. O Feminismo Negro no Brasil e o enfrentamento das opressões de classe, raça e gênero. **Educação em Foco**, v. 23, n. 1, p. 405-420, 2019. DOI: 10.34019/2447-5246.2019.v23.26043. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/26043>. Acesso em: 4 mar. 2024.

SAVIANE, Dermeval *et al.* **O legado educacional do século XIX**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2006.

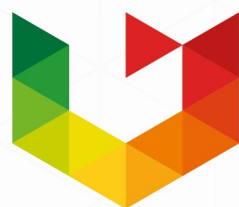
STEINEM, Gloria; WAGNER, Sally Roesch. **The Women's Suffrage Movement**. Nova York: Penguin Books, 2019.

TAVARES, Eleuza. Literatura e História no romance feminino do Brasil no século XIX: Úrsula. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL MULHER E LITERATURA, 12., out. 2007, Ilhéus. **Anais** [...]. Ilhéus, BA: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2007.

TRUTH, Sojourner. **Speeches and Commentary**. Disponível em: <http://www.sojournertruth.org/Library/Speeches/Default.htm>. Acesso em: 4 mar. 2024.

WALKER, Alice. **The Color Purple**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1982. v. 1, n. 1.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and Democracy Oxford**. New York: Oxford University, 2000.



# UPF

UNIVERSIDADE  
DE PASSO FUNDO

UPF Campus I - BR 285, São José  
Passo Fundo - RS - CEP: 99052-900  
(54) 3316 7000 - [www.upf.br](http://www.upf.br)